24 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL
DO DIREITO À VERDADE
SOBRE GRAVES
VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS HUMANOS E DA
DIGNIDADE DAS VÍTIMAS

DIREITO VER

À
DADE

A Câmara dos Deputados, sua Co
e, em especial, a Comissão Parla
têm participado dos esforços da s
violações aos direitos humanos c
vítimas do autoritarismo e busca
a redemocratização.

O Dia Internacional do Direito à
e da Dignidade das Vítimas foi
Organização das Nações Unidas.
pela Lei nº 13.605, de 9 de janei
9.403, de 2012, assinado pelos
e Justiça. Sua promulgação nos
aos direitos humanos e sobre a
temporais criados pela ditadura.

Esta Exposição foi elaborada em
Internacional do Direito à Verd
inviabilizou sua apresentação ao
necessária. Todo dia 24 de março
da história da humanidade. Não
construirmos sobre essa história,
que almejamos.

Deputada Luiza Erundina

missão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial mentar Memória, Verdade e Justiça, instalada em 2011, ociedade e do Estado brasileiros por esclarecer as graves ometidas pela ditadura de 1964, celebrar a dignidade das justiça para as violações que continuaram a ocorrer após

Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos riado, em 2010, por Resolução da Assembleia Geral da O Dia Internacional foi reconhecido e adotado no Brasil o de 2018, resultado da aprovação do Projeto de Lei nº membros da Comissão Parlamentar Memória, Verdade induz a ampliar a reflexão sobre as graves violações dignidade das vítimas para além dos marcos espaciais e

2020 para celebrar os dez anos da consagração do Dia de. A epidemia que então atingiu o Brasil e o mundo público naquele ano. Ela segue, no entanto, oportuna e nos oferece a oportunidade de lançar os olhos aos porões para ficarmos presos às sombras do passado, mas para que, afinal, é a nossa, sem mentiras ou omissões, o futuro

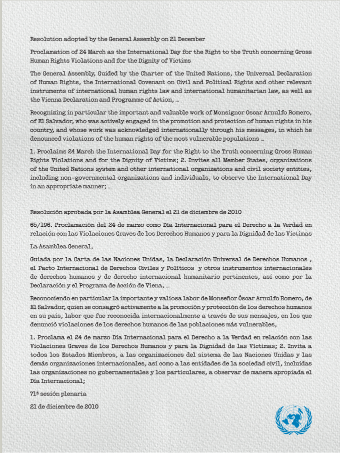
O **Direito à Ver**
entrelaçado ao
e ao **Direito à J**
fazem parte do
Direitos Human
universais, indiv
relacionados e

dade está
Direito à Memória
Justiça. Os três
conjunto de
nos, que são
visíveis, inter-
interdependentes.

O **RECON**
DE UM **DI**
FUNDAM

HECIMENTO
REITO
ENTAL

24 DE MARÇO:
DIA INTERNACIONAL DO DIREITO À VERDADE



Resolution adopted by the General Assembly on 21 December

Proclamation of 24 March as the International Day for the Right to the Truth concerning Gross Human Rights Violations and for the Dignity of Victims

The General Assembly, Guided by the Charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights and other relevant instruments of international human rights law and international humanitarian law, as well as the Vienna Declaration and Programme of Action, …

Recognizing in particular the important and valuable work of Monsignor Oscar Arnulfo Romero, of El Salvador, who was actively engaged in the promotion and protection of human rights in his country, and whose work was acknowledged internationally through his messages, in which he denounced violations of the human rights of the most vulnerable populations …

1. Proclaims 24 March the International Day for the Right to the Truth concerning Gross Human Rights Violations and for the Dignity of Victims; 2. Invites all Member States, organizations of the United Nations system and other international organizations and civil society entities, including non-governmental organizations and individuals, to observe the International Day in an appropriate manner; …

Resolución aprobada por la Asamblea General el 21 de diciembre de 2010

65/196. Proclamación del 24 de marzo como Día Internacional para el Derecho a la Verdad en relación con las Violaciones Graves de los Derechos Humanos y para la Dignidad de las Víctimas

La Asamblea General,

Guiada por la Carta de las Naciones Unidas, la Declaración Universal de Derechos Humanos , el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y otros instrumentos internacionales de derechos humanos y de derecho internacional humanitario pertinentes, así como por la Declaración y el Programa de Acción de Viena, …

Reconociendo en particular la importante y valiosa labor de Monseñor Óscar Arnulfo Romero, de El Salvador, quien se consagró activamente a la promoción y protección de los derechos humanos en su país, labor que fue reconocida internacionalmente a través de sus mensajes, en los que denunció violaciones de los derechos humanos de las poblaciones más vulnerables,

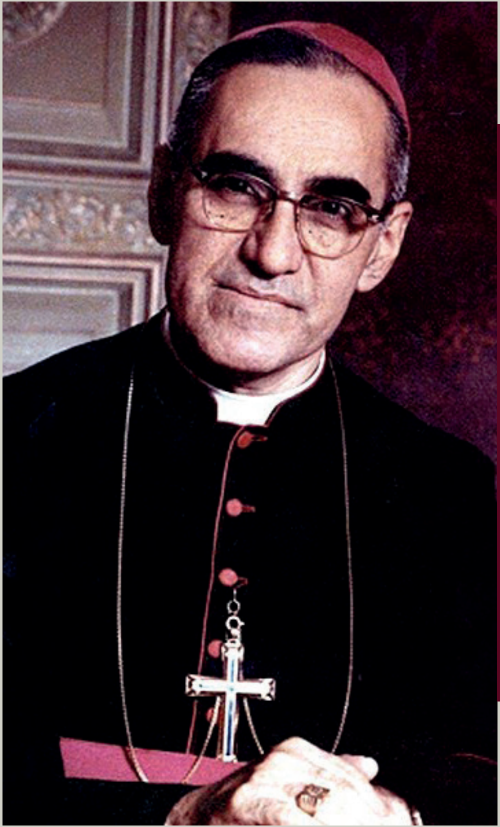
1. Proclama el 24 de marzo Día Internacional para el Derecho a la Verdad en relación con las Violaciones Graves de los Derechos Humanos y para la Dignidad de las Víctimas; 2. Invita a todos los Estados Miembros, a las organizaciones del sistema de las Naciones Unidas y las demás organizaciones internacionales, así como a las entidades de la sociedad civil, incluidas las organizaciones no gubernamentales y los particulares, a observar de manera apropiada el Día Internacional;

71ª sesión plenaria

21 de diciembre de 2010

O acúmulo mundial de debates e lutas a respeito da importância da memória e da verdade histórica sobre graves violações de direitos humanos levou a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU a aprovar, em 21 de dezembro de 2010, a celebração anual do dia 24 de março como o **Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas**. A consagração da data é um chamado à reflexão sobre um direito humano fundamental.

Resolução da Assembleia Geral da ONU que proclamou o dia 24 de março como Dia Internacional do Direito à Verdade sobre Graves Violações aos Direitos Humanos e da Dignidade das Vítimas.



MONSENHOR ROMERO:
“A VOZ DOS SEM VOZ”

A escolha da data do assassinato de
Monsenhor Romero como referência para o Di
Internacional do Direito à Verdade revela o lug
especial que a América Latina tem ocupado na
agenda dos direitos humanos em virtude das
graves violações levadas a cabo ou legitimadas
pelo poder estatal no continente nas décadas
de 1960 e 1970. O sacerdote era considerado
um bispo conservador até começar a denuncia
as injustiças sociais e a violência em seu país. P
isso, chegou a ser conhecido como “A voz dos
sem voz”. Monsenhor Romero foi canonizado
em 14 de outubro de 2018 pelo Papa Francisco
como mártir da Igreja Católica.

SANTO
DE
AMÉRICA

Mural em homenagem
a Óscar Arnulfo Romer
Galdámez, sacerdote
católico salvadorenho
conhecido como Monse
Romero (15 de agosto
de 1917 – 24 de março
de 1980).

s

ia
gar

s

r
Por

o

o

enhor

Monumento à memória e à verdade, Parque Cuscatlan, San Salvador, El Salvador.

EL SALVADOR

A história de El Salvador, país de Monsenhor Romero, foi marcada por sucessivos golpes de Estado ao longo do século XX. Mas, especialmente, a guerra civil que durou de 1980 a 1994 gerou um clima de terror dos mais sangrentos da América Latina.
O conflito produziu um saldo de mais de 65 mil mortos, além de outras graves violações de direitos humanos.

O RESGATE DA MEMÓRIA E DA VERDADE NO MUNDO

A defesa da verdade e da dignidade das vítimas da opressão é uma agenda humana. As vítimas de graves violações aos direitos humanos, em diferentes tempos e lugares, lutam desde sempre por dar visibilidade ao que sofreram e por reconhecimento de sua dignidade como seres humanos. Nos mais variados países, tais violações são lembradas em museus, monumentos, arquivos e outras homenagens.

Museu Judaico de Berlim.

Memorial aos Judeus Assassinados da Europa ou Memorial do Holocausto, Berlim.

ALEMANHA

LEMBRAR PARA NÃO REPETIR

O assassinato em massa de vários grupos étnicos, sociais e políticos promovido pelo regime nazista chocou profundamente o mundo e marcou a história alemã. Cerca de 6 milhões de judeus foram mortos deliberadamente em campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. O total de mortes nesses campos de extermínio é estimada em cerca de 11 milhões e inclui a perseguição sistemática e a eliminação de ciganos, poloneses, comunistas, homossexuais, Testemunhas de Jeová e pessoas com deficiência, além de prisioneiros de guerra.

Nelson Mandela, então presidente da África do Sul, e Desmond Tutu, presidente da Comissão da Verdade sul-africana.

ÁFRICA DO SUL

A COMISSÃO DA VERDADE E DA RECONCILIAÇÃO

Para a superação do Apartheid , regime de segregação racial que, entre 1960 e 1994 promoveu violenta repressão contra a população negra da África do Sul, o país não só negociou nova Constituição e organização política que acomodasse os diferentes grupos sociais. Foi criada também a **Comissão da Verdade e da Reconciliação** que ouviu mais de 20 mil pessoas entre vítimas e transgressores para esclarecer crimes como tortura, assassinato, sequestro e desaparecimento. A Comissão ofereceu anistia em troca de confissão como forma de apuração da verdade.

O regime nazista na Alemanha e o apartheid sul-africano chegaram ao fim, mas outros povos ainda seguem lutando por memória, verdade e justiça em relação a graves violações de direitos humanos a que foram ou são submetidos.

Os **arménios** reivindicam até hoje o reconhecimento internacional do genocídio perpetrado contra eles pelo Império Otomano no início do século XX

O **povo palestino** resiste, há décadas, a política ilegais de colonização, apartheid e ocupação que tentam apagar sua história e existência

Os **saarauis** resistem à colonização e ocupação do Saara Ocidental, buscando preservar sua identidade e estabelecer seu Estado no norte da África

O **povo curdo** segue lutando por sua existência e autodeterminação em meio a fronteiras artificialmente desenhadas com o fim da I Guerra Mundial.

Os **aborígenes**, povos nativos do país, ainda buscam reconhecimento pleno de seus direitos e reparação para os vários tipos de violações de direitos humanos que sofreram a partir da colonização europeia, inclusive políticas de segregação racial e remoção forçada de crianças das comunidades em que viviam (chamada de "geração roubada").

COMISSÕES DA VERDADE NO MUNDO

Mais de 40 comissões da verdade foram constituídas em todo o mundo nos últimos 30 anos para investigar e esclarecer mortes, desaparecimentos, tortura e outros crimes, principalmente os cometidos por agentes do Estado. São exemplos:

UGANDA, ALEMANHA, ARGENTINA, CANADÁ, PORTUGAL, URUGUAI, MARROCOS, CHILE, BOLÍVIA, PARAGUAI, CONGO, CORÉIA DO SUL, EL SALVADOR, ESPANHA, RUANDA, TIMOR LESTE

MEMÓRIA E VERDADE NA AMÉRICA DO SUL

Nas décadas de 1960 e 1970, ditaduras ocuparam os países do cone sul da América do Sul e produziram, em cada um deles, graves violações de direitos humanos. As ditaduras da região também se articularam formalmente para atuar em conjunto na chamada **Operação Condor**. O direito à verdade e o respeito pela dignidade das vítimas de graves violações aos direitos humanos se tornou crucial nesses países.

Museu das memórias: ditaduras e direitos humanos, Assunção, Paraguai.

PARAGUAI

Em 1992, foram descobertas toneladas de documentos sobre a ditadura Stroessner (1954-1989), logo chamados de “Arquivo do Terror”. O acervo permitiu reconstituir não somente crimes ocorridos no país, como as atividades criminosas da rede internacional que se formou no Cone Sul do continente americano, a Operação Condor.

ESCUELA DE MECANICA DE LA ARMADA
Instituto Espacio para la Memoria
Un Espacio para la Memoria sobre el Terrorismo de Estado

A Escola de Mecânica da Armada - ESMA, em Buenos Aires, centro da repressão, se tornou espaço de recuperação da memória das vítimas.

ARGENTINA

A Argentina se constituiu em caso exemplar, tanto pela violência da repressão da ditadura militar (1976-1983), com cerca de 30 mil mortos e desaparecidos, quanto pela intensidade do esforço por recompor a memória das graves violações ocorridas e combater a impunidade. Mais de 200 agentes do estado responsáveis por crimes contra a humanidade foram condenados, inclusive alguns ex-presidentes do país.

Mães e Avós da Praça de Maio: a luta pela recuperação dos filhos e netos desaparecidos se transformou em uma luta pela recuperação da memória individual e coletiva a respeito de um vasto conjunto de graves violações aos direitos humanos.

URUGUAI

Nos chamados “Anos de Chumbo”
uruguaia (1973-1985) também foi
graves violações de direitos huma
censura, assassinatos, desaparecin
responsáveis pela repressão foram
no dia 20 de maio, é promovida a “
para exigir informações sobre os d
iniciativa promovida pela organiza
dos Uruguaios Detidos Desapareci

Museu da Memória e dos Direitos Humanos, Santiago. Chile.

CHILE

A ditadura militar chilena (1973-1990) deixou um saldo de mais de 3 mil mortos e desaparecidos, milhares de pessoas torturadas, inclusive com prática sistemática de violência sexual contra mulheres presas. Mais de 250 agentes da repressão já foram condenados. **O Museu da Memória e dos Direitos Humanos do Chile é uma referência mundial pelo pioneirismo e projeto educativo.**

da ditadura militar
frequente a prática de
nos com prática de tortura,
mentos forçados. Poucos
n julgados. Mas, anualmente,
“**Marcha do Silêncio**” (foto)
lesaparecidos políticos,
ção de Mães e Familiares
idos.

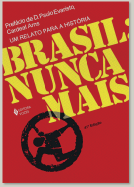
MEMÓRIA E VERDADE NO BRASIL

A preocupação com as graves violações de direitos humanos cometidas pela ditadura implantada no Brasil em 1964 também produziu esforços por recuperar a verdade ocultada pelos responsáveis incrustados no Estado. A busca por verdade e justiça, já desde fins da década de 1960, vem se expressando por meio de diversas organizações da sociedade civil e também por pesquisas, estudos, músicas e pela arte em geral.

PEQUENA MEMÓRIA PARA UM TEMPO SEM MEMÓRIA

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito
É um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
De obscuros personagens
As passagens, as coragens
São sementes espalhadas nesse chão
De Juvenais e de Raimundos
Tantos Júlios de Santana
Uma crença num enorme coração
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
...

Gonzaguinha



O livro “Brasil: Nunca Mais”, coordenado por **Dom Paulo Evaristo Arns** e pelo **Reverendo Jaime Wright**, revelou as perseguições, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos praticados por agentes do Estado durante a ditadura militar. “Lançado pela Editora Vozes em 1985, permaneceu na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas, tornando-se – à época – o livro de não-ficção brasileiro mais vendido de todos os tempos”.

http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/

ATO ECUMÊNICO EM MEMÓRIA DE HERZOG

Em 31 de outubro de 1975, o arcebispo emérito de São Paulo, **cardeal dom Paulo Evaristo Arns** realizou um culto ecumênico em memória do jornalista **Vladimir Herzog**, na Praça da Sé, região central de São Paulo. O culto, que reuniu 8.000 pessoas, se transformou na maior manifestação pública de repúdio à ditadura militar, desde 1964. Ao lado do arcebispo estavam o **rabino Henry Sobel** e o **reverendo evangélico Jayme Wright**.

Herzog foi preso pelos militares no dia 25 de outubro daquele ano, nas instalações do DOI-CODI (órgão repressor criado durante a ditadura militar), onde foi torturado e morto. A versão contada pelos agentes, contudo, era de que ele tinha se suicidado, por enforcamento.

https://veja.abril.com.br/brasil/homenagem-de-dom-paulo-a-herzog-foi-o-maior-ato-contra-a-ditadura/

DIREITO À VERDADE

Arte: Elifas Andreato.

Ainda antes da redemocratização, iniciativas de inúmeras pessoas e instituições disseminadas pelo país buscaram revelar as violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura e punir os responsáveis. Mas apenas a partir de meados da década de 1990 o Estado brasileiro começou a reconhecer o que vinha sendo denunciado pela sociedade.

1995: criação da **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos** para examinar e reconhecer os casos ocorridos durante a ditadura.

2001: criação da **Comissão de Anistia** para implementar políticas de reparação e memória para vítimas do regime militar.

O Brasil chegou a ser condenado, em 2010, pela **Corte Interamericana de Direitos Humanos** por não ter investigado as violações relativas à **Guerrilha do Araguaia**. Esses fatores confluíram para a criação da COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE pela Lei nº 12528/2011 que apresentou seu relatório em 10 de dezembro de 2014.

A Cor
os mé

D
E
T
E
N
Ç
Ã
O
I
L
E
G
A
L
R

DETEN
TORTU
EXECU
DESAP

A **Cor**
realiz
fez re
poder
ocorr
conju
não er

missão Nacional da Verdade investigou, durante 2 anos e 7 meses,
étodos e práticas nas graves violações de direitos humanos:

A I R I V N S D O V J A W E I F I B J D I
U R U W D E S A P A R E C I M E N T O F L F E
U E J V M C N S I R F O G K L A U R T N X
P E P R I W K A A Z M C N B V D O I R U E
A I O C U L T A Ç Ã O D E C A D Á V E R F I D C
F R U W O A J M S N V J T I E K F L F U
U E J V M C N S I R F O G C L A U R T N Ç
P E P T O R T U R A N B V K D O I R U Ã
A I R I V N S D O V J A W E I F I B J D O
F U R U W O A J M S N V J T I E K F L F M
U E X E C U Ç Ã O A R B I T R Á R I A R T N P
P E P R I W K A A Z M C N V K D O I R U J
A I R I V N S D O V J A W E I F I B J D I
U H K T E X E C U Ç Ã O S U M Á R I A F M
I V D E T E N Ç Ã O A R B I T R Á R I A

ÇÃO (ou prisão) **ILEGAL** e **ARBITRÁRIA**
URA
ÇÃO SUMÁRIA, **ARBITRÁRIA** ou **EXTRAJUDICIAL,** e outras mortes imputadas ao Estado
ARECIMENTO FORÇADO e **OCULTAÇÃO DE CADÁVER**

missão Nacional da Verdade colheu mais de mil depoimentos,
ou cerca de 75 audiências públicas, realizou perícias e diligências,
equisições de documentos e informações aos órgãos e entidades do
r público, procedeu a algumas exumações e identificou locais onde
eram violações. Seu relatório deve ser lido como "repositório de um
nto robusto de informações, documentalmente comprovadas, mas que
ncerram a busca da verdade", diz o texto.

INFORMAÇÕES APU
COMISSÃO NACION

434

20

191

243

377

URADAS PELA AL DA VERDADE

MORTES E DESAPARECIMENTOS (Vol. III, p. 7-14)

brasileiros perderam a vida ou desapareceram no exterior. (Cap. 5, p. 213; Cap. 6, p. 235)

MORTES POR EXECUÇÃO SUMÁRIA e ilegal ou decorrentes de tortura (cap. 11, p. 438)

PESSOAS VÍTIMAS DE DESAPARECIMENTO FORÇADO (cap. 12, p 500), destes 33 tiveram seus corpos identificados (Cap. 12, p. 523), **210 PESSOAS DESAPARECIDAS** até hoje (Cap. 12, p. 523) 377 autores de graves violações de direitos

AUTORES DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (cap. 16, p. 846 e segs)

230 locais mapeados de graves violações de direitos humanos (Cap. 15, P. 830 e segs)

29 **RECOMENDAÇÕES** (cap. 18, p. 962 e segs) **POVOS INDÍGENAS** vítimas de graves violações de direitos humanos promovidas pelo Estado brasileiro de forma sistêmica (Texto temático n. 5)

8 **CIDADÃOS** de outras nacionalidades mortos e desaparecidos no Brasil, vítimas de mecanismos de coordenação repressiva posteriores à formalização da **OPERAÇÃO CONDOR** (cap. 6, p. 256 e segs) **TORTURA** como política de Estado, utilizada de forma massiva e sistemática (cap. 9, p. 343) **HOMICÍDIO** como prática sistemática de violação de direitos humanos (Cap. 11, p. 440)

RAL
BREZA
Em memória

COMISSÃO
NACIONAL DA
VERDADE

COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL

As comissões da verdade se espalharam pelo país, a partir das mais diversas instituições e estimuladas por inúmeras situações que precisavam ser desvendadas. Elas se tornaram parceiras da Comissão Nacional nas investigações que culminaram em seu Relatório Final. Foram criadas mais de 80 comissões em municípios, estados, universidades e instituições da sociedade civil, tais como:

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva

Comissão Estadual da Verdade D. Hélder Câmara (Pernambuco)

Comissão da Verdade da USP

Comissão da Memória, Verdade e Justiça de Natal "Luiz Ignácio Maranhão Filho"

Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas)

Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

Diversas Comissões da Verdade de seções estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

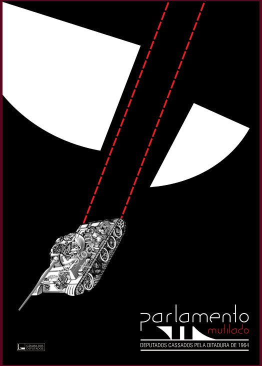
Os membros da CNV, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti, Maria Rita Kehl, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso, entregam o Relatório à Presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia realizada em 10 de dezembro de 2014 no Palácio do Planalto. Foto: Fabrício Faria|CNV.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O DIREITO À VERDADE

A Câmara dos Deputados, principalmente por meio da Comissão de Direitos Humanos, criada em 1995, não ficou alheia aos esforços pela recuperação da verdade a respeito das graves violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura de 1964.

A **Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça**, criada no fim de 2011 como subcomissão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, foi um importante passo à frente nesse percurso. Nos seminários, audiências públicas e diligências por ela realizadas, a abrangência e a violência das violações ficaram evidentes. Seu foco maior foi sobre a repressão ao próprio parlamento, preocupação materializada na exposição “Parlamento Mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964” e na devolução simbólica dos mandatos de 173 parlamentares, em sessão solene da Câmara dos Deputados, realizada em 6 de dezembro de 2012.

Devolução simbólica dos Mandatos dos Deputados Federais Cassados pela Ditadura de 1964.



Cartaz da exposição “Parlamento Mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964”.

Instituições Mutiladas
Resistência e Reconstrução Democrática
1964–2014

A memória viva da resistência é a melhor homenagem que podemos prestar à democracia. A Câmara dos Deputados convida para um dia de reflexão sobre o Golpe de 1964 e afirmação do compromisso com a democracia.

Sessão Solene
para rememorar os fatos relacionados ao dia 31 de março de 1964
Dia 1º de abril, terça-feira, às 9h30
Plenário Ulysses Guimarães

Ato Público
em memória à resistência ao Golpe de 1964, pela defesa da democracia e para a reinstalação da Comissão Parlamentar da Verdade
Dia 1º de abril, terça-feira, das 14 às 18 horas
Auditório Nereu Ramos

Exposição
Instituições Mutiladas
De 1º a 30 de abril
Corredor de Acesso ao Plenário

Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONTRA A CENSURA PELA CULTURA
JORNAL DO BRASIL
Govêrno baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

Ato Público
em memória à resistência ao Golpe de 1964, pela defesa da democracia e para a reinstalação da Comissão Parlamentar da Verdade
Instituições Mutiladas
Resistência e Reconstrução Democrática
1964-2014

Ao se completarem 50 anos do golpe de estado de 1964, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça patrocinaram a exposição Instituições Mutiladas, que ampliava o foco da exposição anterior.

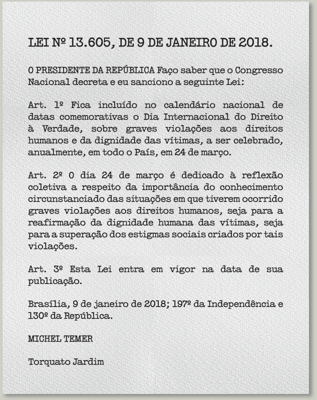
Na linha do que viria a ser disposto no art. 2º da Lei nº 13.605, de 9 de janeiro de 2018, a exposição Instituições Mutiladas era já um chamado à reflexão a respeito das graves violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil e ao reconhecimento da dignidade das vítimas.

**SABEMOS O QUE ACONTECEU EM NOSSO PAÍS?
RESPEITAMOS A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS?**

Cartaz do Seminário Internacional sobre a Operação Condor.

Ato Simbólico da Comissão Parlamentar da Verdade. 2014.

O DIA INTERNACIONAL DO DIREITO À VERDADE ENTRA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA



LEI Nº 13.605, DE 9 DE JANEIRO DE 2018.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no calendário nacional de datas comemorativas o Dia Internacional do Direito à Verdade, sobre graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas, a ser celebrado, anualmente, em todo o País, em 24 de março.

Art. 2º O dia 24 de março é dedicado à reflexão coletiva a respeito da importância do conhecimento circunstanciado das situações em que tiverem ocorrido graves violações aos direitos humanos, seja para a reafirmação da dignidade humana das vítimas, seja para a superação dos estigmas sociais criados por tais violações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Torquato Jardim

O Projeto de Lei nº 9.403, de 2012, assinado pelos membros da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça (Luiza Erundina; Domingos Dutra; Arnaldo Jordy; Chico Alencar; Érika Kokay; Geraldo Thadeu; Janete Capiberibe; Janete Rocha Pietá; Jean Wyllys; Luiz Couto; Manuela d'Ávila; Rosinha da Adefal) deu origem à Lei, aprovada em 2018, que incorporou o Dia Internacional do Direito à Verdade à ordem jurídica interna.

Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional de datas comemorativas.

24 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL
DO DIREITO À VERDADE
SOBRE GRAVES
VIOLAÇÕES AOS
DIREITOS HUMANOS E DA
DIGNIDADE DAS VÍTIMAS

DIREITO À
VERD

ADE

Graves violações aos direitos humanos são **comumente ocultadas** pela expulsão das vozes das vítimas da esfera pública. **Recordá-las** e **prestar atenção** ao que disseram e dizem é momento essencial da **busca pela verdade**.

VOZES
DITADU

O PROTAGONISMO DAS VÍTIMAS NA BUSCA PELA VERDADE

SILENCIADAS PELA
URA DE 1964

PARLAMENTARES CASSADOS

67 mandatos de deputados federais foram cassados na legislatura em que o golpe de estado foi dado (1963-1967), desequilibrando, a favor dos interesses de grupos específicos, a representação política popular. Na legislatura seguinte (1967-1971), foram mais de **90** mandatos. **173** mandatos de deputados federais foram cassados pelo regime.

92 mulheres se candidataram às assembleias legislativas estaduais em 1962. Depois do golpe de estado, o número se reduziu, sistematicamente, até chegar a apenas **15** em 1974.

Ivette Vargas, Júlia Steinbruch, Lígia Doutel de Andrade, Maria Lúcia e Nysia Carone - **CASSADAS**.

6 mulheres foram eleitas deputadas federais em 1966 (número que só voltaria a ser alcançado e ultrapassado em 1982) e **5** delas tiveram os mandatos cassados.

MILITARES CASSADOS

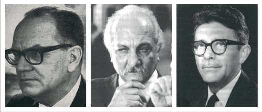
Foram expulsos das Forças Armadas **43 generais**, **240 coronéis**, tenentes-coronéis e majores, **292 capitães** e tenentes e ainda centenas de suboficiais, sargentos, soldados e marinheiros. A Comissão Nacional da Verdade chegou a mais de **6,5 mil oficiais e praças presos**, perseguidos ou torturados pela ditadura.

A primeira vítima fatal do golpe de 1964 foi um militar, o tenente-coronel da Aeronáutica **Alfeu de Alcântara Monteiro**. Contrário à conspiração que tirou João Goulart do poder, foi morto quatro dias depois do golpe, dentro do quartel em Canoas, no Rio Grande do Sul.

MINISTROS DO STF

Três dos ministros mais importantes da história do Supremo Tribunal Federal foram cassados em 1969. Conhecer o que eles escreveram é uma forma de lutar a favor da memória.

HERMES LIMA
TRAVESSIA
memórias
VICTOR NUNES LEAL
CORONELISMO, ENXADA E VOTO
O MUNICÍPIO E O REGIME REPRESENTATIVO NO BRASIL
Evandro Lins e Silva
A DEFESA TEM A PALAVRA
O CASO DOCA STREET E ALGUMAS LEMBRANÇAS
PREFÁCIO FÁBIO KONDER COMPARATO



Hermes Lima, Victor Nunes Leal e Evandro Lins.

IMPRENSA

Os jornais **Última Hora** e **Correio da Manhã foram fechados** logo após o golpe de 1964. A partir de 1970, a censura à imprensa foi oficializada. Houve cortes de matérias, apreensões de edições inteiras de veículos impressos e mesmo censura prévia com a presença de censores nas redações.

Correio da Manhã

GENERAL: ADEMAR É INTOCÁVEL

"POST" DIZ QUE DITADURA MILITAR CALOU JUSCELINO

Vitória contra o Sul

JOHNSON ANUNCIA DOMÍNIO NUCLEAR

EUA: SENADO LIQUIDA A OBSTRUÇÃO RACISTA

VENEZUELA DIZ TER APOIO CONTRA CUBA

Hoje

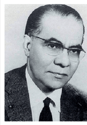
MENEGHETTI APONTA NOVOS SECRETÁRIOS

VOCÊ SABIA?

ENSINO E PESQUISA

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964. Ler os textos dos intelectuais do ISEB é uma maneira de atuar a favor da memória – Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Alberto Guerreiro Ramos.

Nos meses e anos seguintes ao golpe de 1964, foram **inúmeros os professores universitários aposentados compulsoriamente e os intelectuais obrigados ao exílio**. Muitos deles – como Josué de Castro (foto), Florestan Fernandes, Celso Furtado, Paulo Freire, Milton Santos e Maria da Conceição Tavares – caberiam em qualquer lista dos maiores nomes do pensamento social brasileiro.



Josué de Castro, autor de Geografia da Fome, um livro brasileiro de repercussão mundial, foi presidente do Conselho Executivo da FAO, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

CENSURA ÀS ARTES E À CULTURA

> *"- Censor: Vocês não então entendendo... Estão trocando as palavras como revolta, sangue, etc. e não é aí que a coisa tá pegando...*
>
> *Eu, claro, perguntei educadamente se ele poderia me esclarecer melhor. E, como se tivesse levado um telefone nos tímpanos, ouvi, estarrecido a resposta, em voz mais baixa, gutural, cheia de mistério, como quem dá uma dica perigosa:*
>
> *- Censor: O problema é essa história de negro, negro, negro...*
>
> *Eu havia sido atropelado, não pelas piadinhas tipo tiziu, pudim de asfalto etc, mas pelo panzer do racismo nazi-ideológico oficial."*

A censura ao samba "O Mestre-Sala dos Mares", homenagem de Aldir Blanc e João Bosco a João Candido, o Almirante Negro, teve, de acordo com depoimento de Aldir, conotação racista.

João Cândido, o almirante negro, líder da revolta da chibata.

EDIÇÃO LIMITADA
ROQUE SANTEIRO
16 discos
DVD

A telenovela Roque Santeiro, que se tornaria, na década de 1980, um dos maiores sucessos da teledramaturgia nacional, teve uma primeira versão censurada na década de 1970.

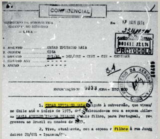
ESTUDANTES

A União Nacional dos Estudantes, instituição criada no fim da década de 1930, teve sua **sede incendiada em 1º de abril** e foi fechada em 9 de novembro de 1964. José Serra era então o presidente da UNE.

Invasão c

Houve grande perseguição e repressão a estudantes durante o regime militar, muitos foram presos e torturados, outros buscaram o exílio. Na lista de desaparecidos nesse período, há 3 estudantes da Universidade de Brasília – UnB, uma das mais atingidas pela repressão. Honestino Guimarães, Ieda Santos Delgado e Paulo de Tarso Celestino.

do prédio da UNE.



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO MINISTRO
— CISA —

Em 17 JAN 1974

001411 22.1.74
PROTOCOLO

1. ASSUNTO .... CESAR EPITACHO MAIA
2. ORIGEM .... CISA
3. DIFUSÃO .... [illegible] - DSI/[illegible] - CIEX - CIE - CENIMAR
4. DIFUSÃO ANT .... - - - - -
5. ANEXO .... - - - - -

3.A

INFORMAÇÃO Nº 0033 /CISA - ESC [illegible]

1. CESAR EPITACIO MAIA, ligado à subversão, que viveu/ no Chile até o início de 1973, de[illegible]locando-se com a esposa chilena MARIA [illegible] IBARRA PIZARRO e dois filhos, para Portugal, regressou ao Brasil em meados de 1973.

2. Vive, atualmente, com a esposa e filhos à rua Jangadeiros 28/601 - Ipanema/[illegible].

Documento da Aeronáutica, de 1974, faz menção aos filhos de Cesar Epitácio Maia.

SINDICATOS

Cerca de **vinte das primeiras cem pessoas que tiveram os direitos políticos cassados eram líderes sindicais**. Centenas de sindicatos, federações e confederações sindicais sofreram intervenções nos primeiros meses do novo regime. Era a preparação para o arrocho salarial da segunda metade da década de 60.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS
NA GUERRILHA DO ARAGUAIA
Sul do Pará - 12 de abril de 1972 a 05 de janeiro de 1975
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
rreram lutando por
rdade e Democracia!
Camponeses desaparecidos que participaram da Guerrilha

Os corpos de boa parte dos jovens membros do foco guerrilheiro instalado nos arredores do rio Araguaia no começo da década de 1970 (Guerrilha do Araguaia) desapareceram. Os cerca de **oitenta guerrilheiros**, alguns já integrados à vida na região por dois ou três anos, **foram combatidos por contingentes de milhares de soldados** antes mesmo de executarem qualquer ação armada. As famílias somente puderam obter os respectivos atestados de óbito a partir da década de 1990, mas ainda não têm informações seguras sobre os restos mortais dos desaparecidos.

O monumento **Tortura Nunca Mais, em Recife** (PE): inaugurado em 1993, foi o primeiro monumento construído no País em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos brasileiros.

VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

A celebração da dignidade das vítimas de graves violações aos direitos humanos faz parte do esforço permanente por refundar a história do Brasil a partir da recuperação das vozes silenciadas.

MATRIZ DA VIOLÊNCIA

A exponencial violência cometida pelos colonizadores para ocupar um território que sequer se destinava a produzir para a própria população, com a consequente exploração desmedida da força de trabalho que marca nossa história desde então, é a matriz das grandes violações de direitos humanos no Brasil. Suas duas expressões principais são:

O extermínio e escravização das populações originárias da América.

A escravização e o extermínio de populações africanas coercitivamente trazidas para o “novo mundo”.

Já a resistência à desumanização e a luta por se afirmar como gente - com história a ser conhecida e reconhecida - é a matriz do direito à verdade e do respeito à dignidade das vítimas entre nós.

Parcelas da elite brasileira, em seus momentos mais elevados, se abriram para as dores e a grandeza do povo, como nas palavras de Castro Alves, maldizendo O Navio Negreiro,

> Ontem a Serra Leoa, / A guerra, a caça ao leão, / O sono dormido à toa / Sob as tendas d'amplidão! / Hoje... o porão negro, fundo, / Infecto, apertado, imundo, / Tendo a peste por jaguar... / E o sono sempre cortado/ Pelo arranco de um finado, / E o baque de um corpo ao mar...

e revelando a mais alta forma de patriotismo, que é a vergonha e a angústia pelas injustiças cometidas por seu próprio país.

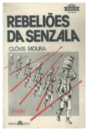
> Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta, / Que impudente na gávea tripudia? / Silêncio. Musa... chora, e chora tanto / Que o pavilhão se lave no teu pranto! ... / Auriverde pendão de minha terra, / Que a brisa do Brasil beija e balança, / Estandarte que a luz do sol encerra / E as promessas divinas da esperança... / Tu que, da liberdade após a guerra, / Foste hasteado dos heróis na lança / Antes te houvessem roto na batalha, / Que servires a um povo de mortalha!...

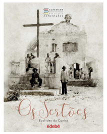
Mas é a luta das próprias vítimas que muda a história e a forma de contá-la.

São os muitos **Palmares** na história do Brasil que explicam livros como Rebeliões da Senzala, de Clóvis Moura.

São os muitos **Canudos** que explicam livros como Os Sertões, de Euclides da Cunha.

São as cabanagens, as balaiadas, as praieiras, os grandes **levantes populares**, em suma, que explicam o surgimento de novas perspectivas sobre a história do país, como no livro Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Júnior.





Caio Prado Jr.
EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL
COLÔNIA E IMPÉRIO
editora brasiliense

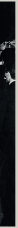
QUE FALEM AS VÍTIMAS!

Como sempre aconteceu, também na história que se seguiu à ditadura de 1964 foram as vítimas que começaram a contar sua verdade na luta.

No fim da década de 1970, as **greves operárias** retomam a tradição que vem do início do século XX e que fora duramente reprimida em Contagem e Osasco, ainda em 1968.

Metalúrgicos em greve presos em Osasco, em 1968/Agência Estado.

DITADURA ASSASSINA



De dentro da floresta surgem, sob a figura tutelar de **Chico Mendes**, assassinado em 1988, os empates em defesa da natureza e das comunidades.

Os **movimentos de sem-terra** retomam o trilho das Ligas Camponesas massacradas em 1964.

Margarida Maria Alves, combativa presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada em 1983, veio dar nome, no século XXI, à **Marcha das Margaridas**. Ela representa, simultaneamente, o movimento sindical, o movimento dos agricultores e o movimento feminista em nosso tempo.

MARCHA DAS MARGARIDAS 201
TRANSFORMANDO O BRASIL COM A LUTA DAS MULHERES DO CAMPO E DA FLORES

TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

APRESENTA A PEDIDOS –
HOJE ÁS 21 HORAS
DOMINGO: VESPERAL ÁS 16 HORAS
(Preços reduzidos)
— no —
TEATRO SÃO PAULO

"O IMPERADOR JONES"

●

de EUGENE O'NEILL
Cenografia de CLOVIS GRACIANO
Direção e interpretação de ABDIAS NASCIMENTO
Com: LÉA GARCIA — PAULO COSTARD — CLAUDIANO FILHO — MARCILIO FARIA e outros

●

O FILHO PRODIGO
De LUCIO CARDOSO
Dias 8 - 9 - 10 Maio

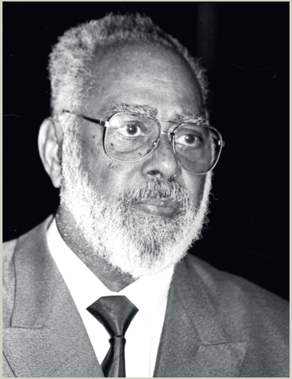
O LOGRO
De AUGUSTO BOAL
Dias 22 - 23 - 24 Maio

SORTILEGIO
De ABDIAS NASCIMENTO
Dias 15 - 16 - 17 Maio

Convites no MUSEU DE ARTE - MUSEU DE ARTE MODERNA e LIVRARIA JARAGUÁ

17-04-53

O **Movimento Negro** retoma suas lutas, reinvindicações e direitos. E a **África** entra nos currículos escolares.



7 DE JULHO DE 1978

LANÇAMENTO

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi lançado no dia 07 de julho de 1978 em ato público nas escadarias do Teatro Municipal, no centro da Capital paulista, com a presença de "cerca de duas mil pessoas".

MNU 42 ANOS
DE LUTA CONTRA O RACISMO

Os **povos indígenas** buscam recuperar a memória das graves violações de direitos humanos que sofreram e garantir hoje o respeito a seus direitos.

A **diversidade sexual** ocupa a agenda dos direitos humanos, com orgulho e com muita gente nas ruas.

AOS BRADOS CONTRA A LGBTFOBIA
JONAS

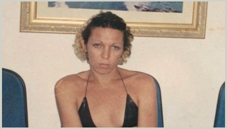
“**Atenção**
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a

Caetano Veloso e Gilberto Gil

morte”

Mãe Maria Bernadete foi uma das maiores referências para as comunidades negras tradicionais do Brasil. Líder do Quilombo Pitanga dos Palmares no município de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador, foi assassinada a tiros em 17 de agosto de 2023, aos 72 anos.

Trabalhadores LGBTI+ em manifestação durante greve no ABC. A comunidade LGBTI+ sofria com a massiva discriminação, intensificada durante a década de 70, período de ditadura militar, através da operação Tarântula, que perseguia travestis na cidade de São Paulo.



Dandara foi submetida a tortura, espancada, colocada em um carrinho de mão e morta com disparos de arma de fogo.

Ituí- Vale do Javari /Terras Indígenas Araribóia e Vale do Javari são atacadas a tiros na Amazônia: um líder Guajajara é morto O assassinato de Paulo Paulino, de 26 anos, aconteceu durante uma emboscada de madeireiros, no Maranhão. Não houve confronto, diz a Polícia Militar.

Dorothy Mãe Stang

Anapu – PA, Brasil – Assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang completa dez anos. Na foto, o túmulo em Anapu .

ALVES da SILVA
LOURIVAL da C. SANTAN

21 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados em Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996.

Além de Evaldo [foto], estavam no carro sua esposa, o filho de sete anos, uma amiga da família e o sogro, que também foi baleado.

Marielle Franco, figura síntese, representa a sempre renovada irrupção, na esfera pública, da voz daqueles cujos direitos têm sido violados sistematicamente em nossa história. Seu brutal assassinato em 14 de março de 2018 e os obstáculos estruturais a seu desvendamento nos lembram o longo percurso que a luta pela verdade ainda tem que percorrer – e relançam, sobre o país, a sombra das expedições para “prear índios” e dos navios negreiros.

Após a chamada redemocratização, inúmeros assassinatos de conteúdo político e discriminatório ocorreram no Brasil, sem resposta adequada por parte do sistema de justiça.

A impunidade afasta a verdade.

O 24 de março reafirma, todos os ar
nosso compromisso com a dignidad
das vítimas e nosso repúdio às viola
de direitos humanos.

A defesa do direito à verdade,
à memória e à justiça
É PERMANENTE.

nos,
e
ções

Iniciativa
Deputada Luiza Erundina

Curadoria
Márcio Nuno Rabat e Débora Bithiah de Azevedo

Coordenação Geral
Liderança do PSOL e Gabinete da Deputada Luiza Erundina

Apoio
Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

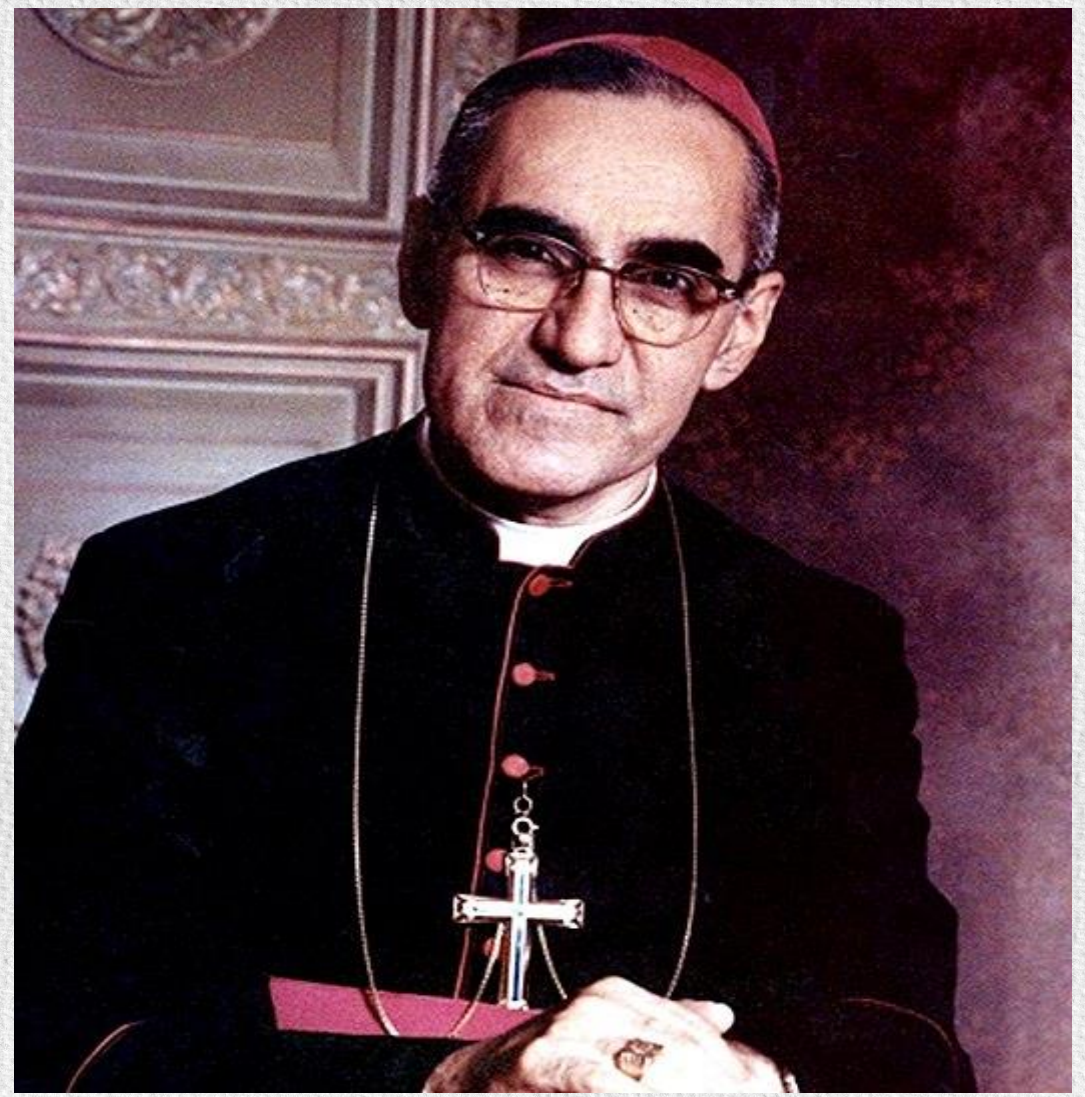
Pesquisa de Imagens
Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – CEDI, Assessoria de Comunicação da Liderança do PSOL e Assessoria de Comunicação do gabinete da Deputada Luiza Erundina

Produção
Flávio Elias, Marcos Pedroso, Camilo Borges, Deise Benedito, Evelin Maciel, Fernanda Chaves, Graça Campos, Madu Krasny, Magda Oyo, Patricia Isabel, Patrícia Raposo, Raphael Cavalcante e Teresinha Monteiro

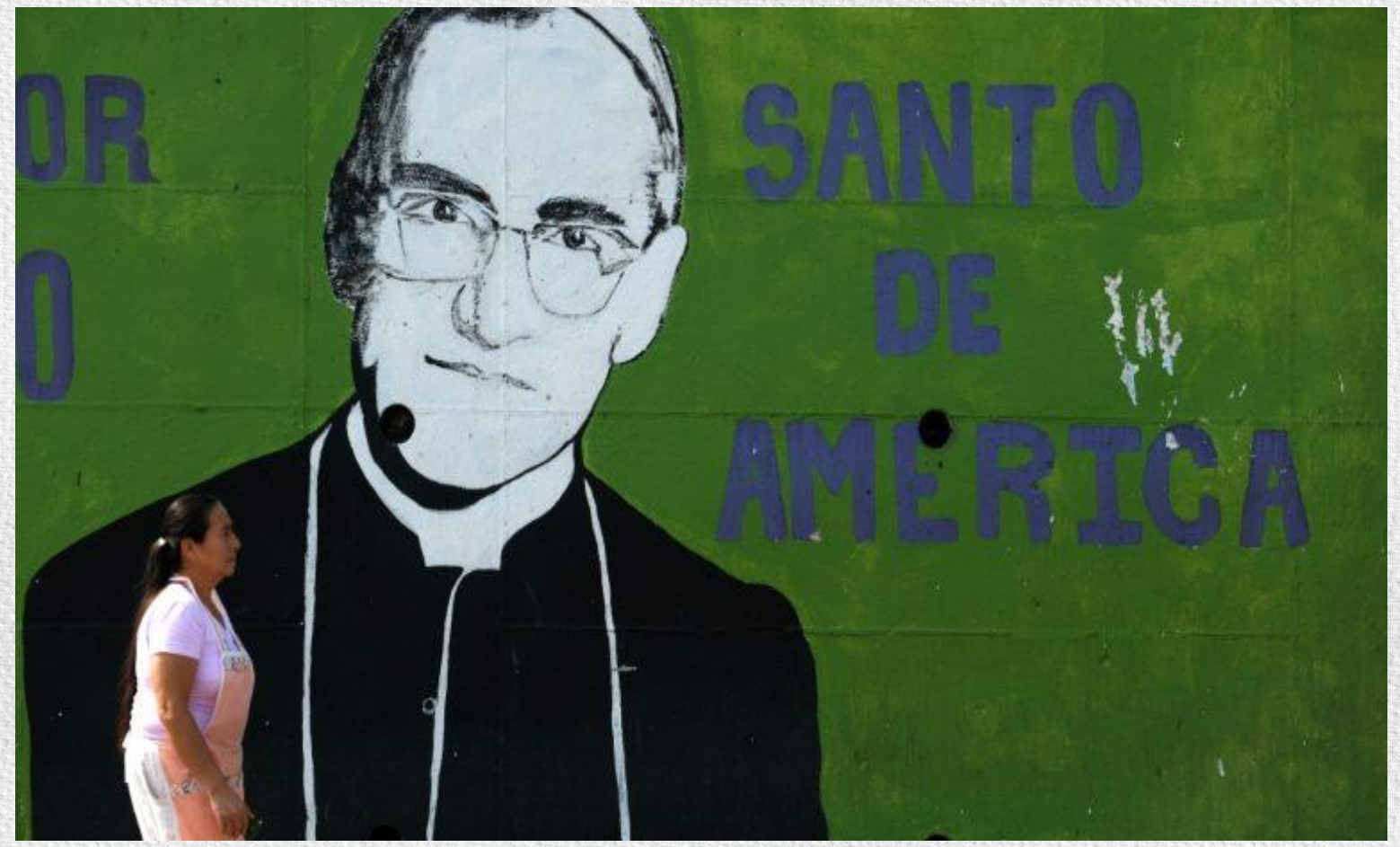
Projeto Gráfico
Isabela Rodrigues / Mangasanta

Agradecimentos
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa – CONLE, Diretoria Executiva de Comunicação e Mídias Digitais – DIREX, Centro Cultural Câmara dos Deputados – CECULT, Coordenação de Cerimonial, Eventos e Cultura – COCEC e Centro de Documentação e Informação – CEDI

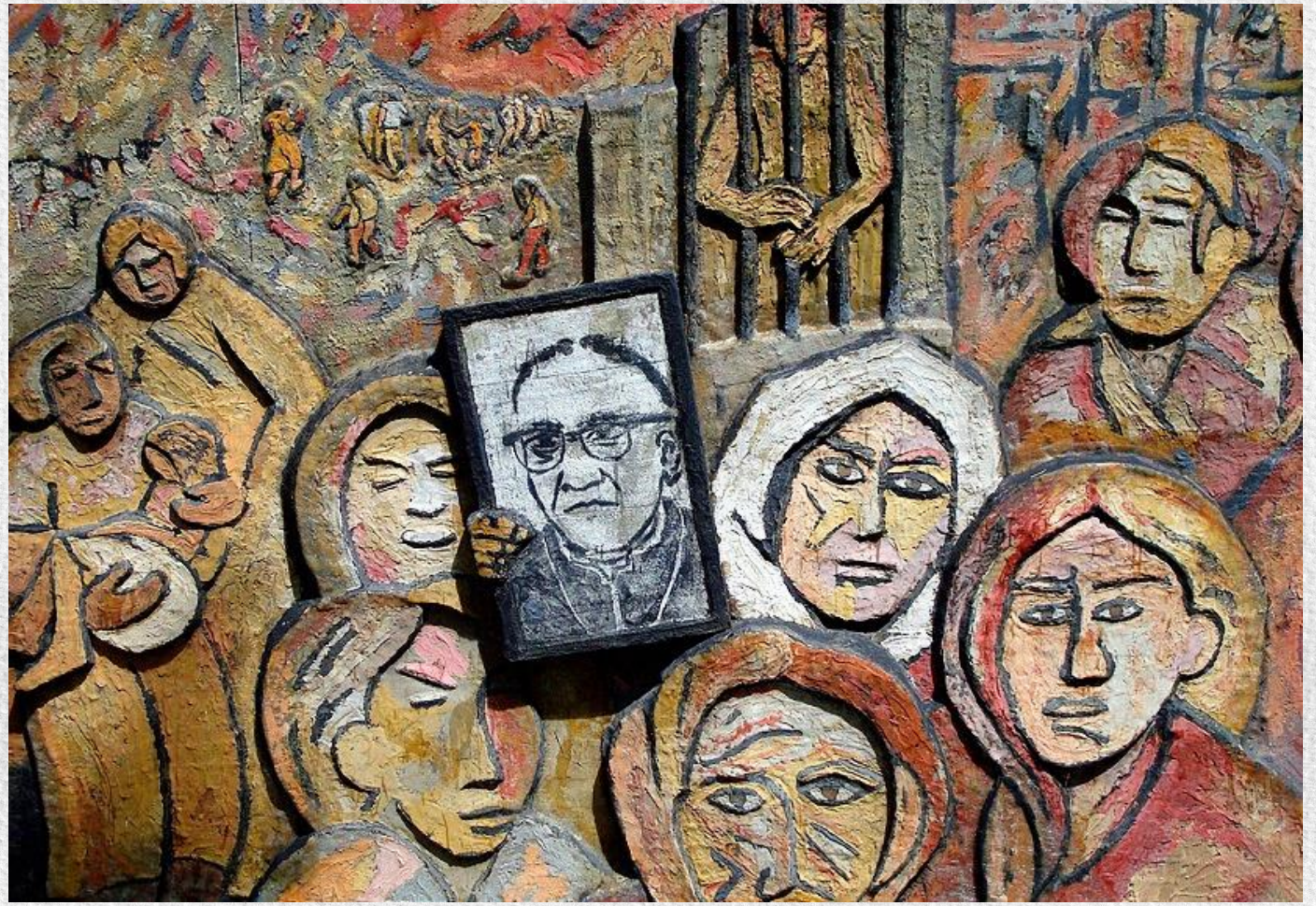
Acesse aqui todos os créditos das imagens por ordem de aparição



Monsenhor Romero - Domínio público - Monseñor Romero

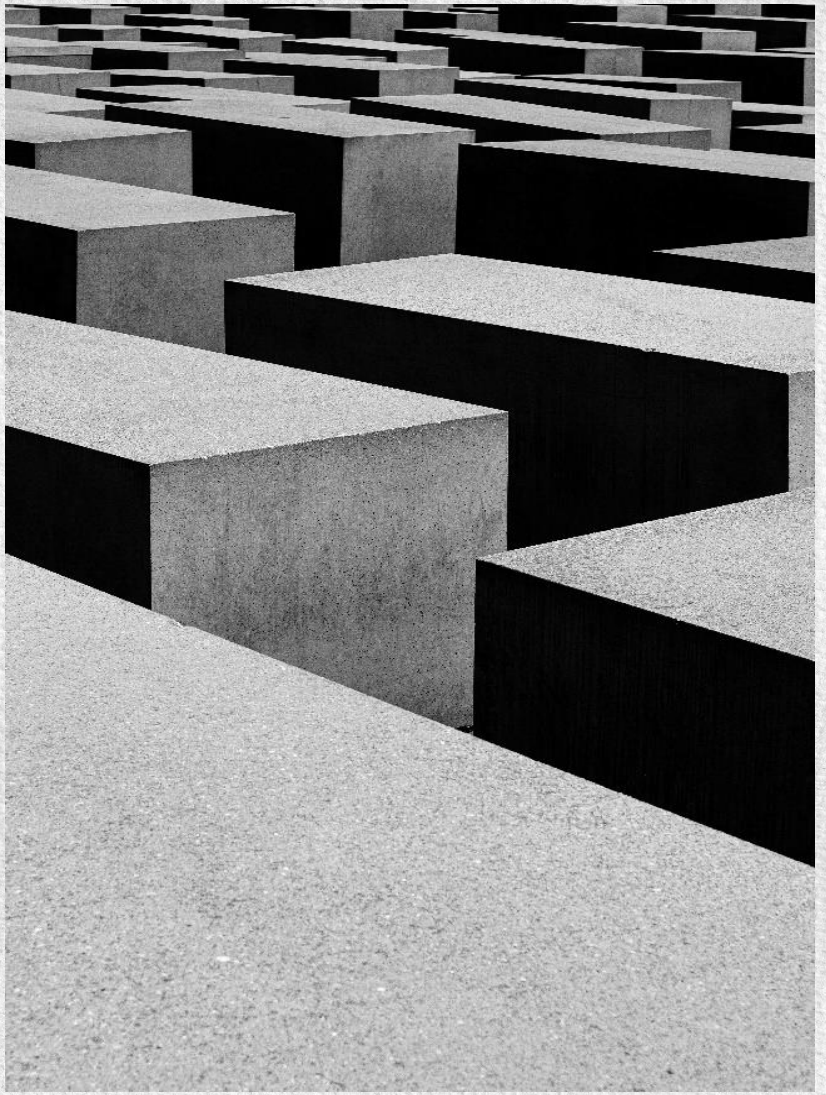


Mural Monsenhor Romero: José CABEZAS/AFP/Getty Images

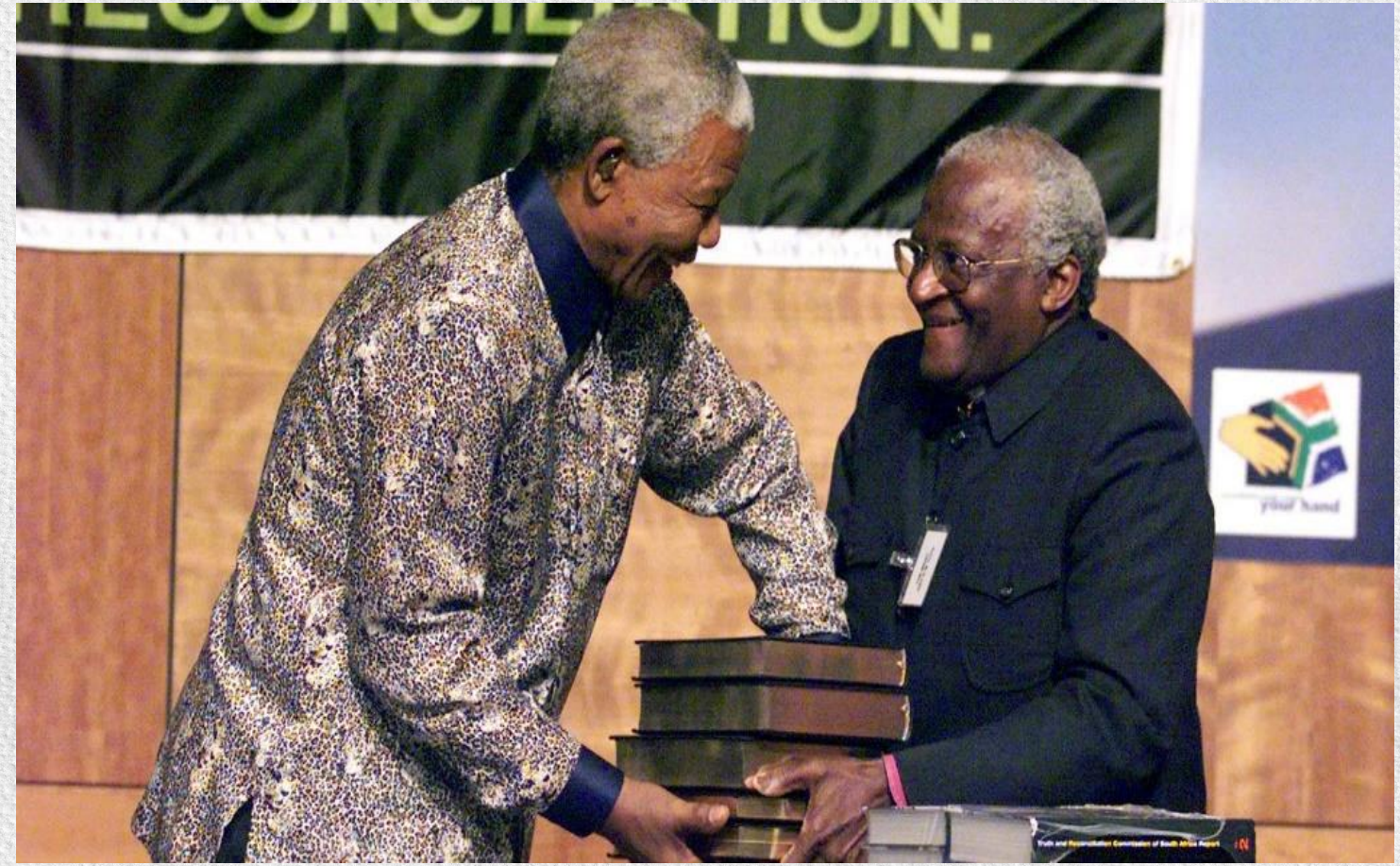


Muro memorial: Fonte: Compadres, uma organização canadiana de professores. (c) Walkyman

Museu Judaico de Berlim - autor: Superchilum - Wikimedia



Memorial dos Judeus Assassinados na Europa - Augustine Wong on Unsplash



Mandela e Tutu: Walter Dhladhla/dpa/picture aliance

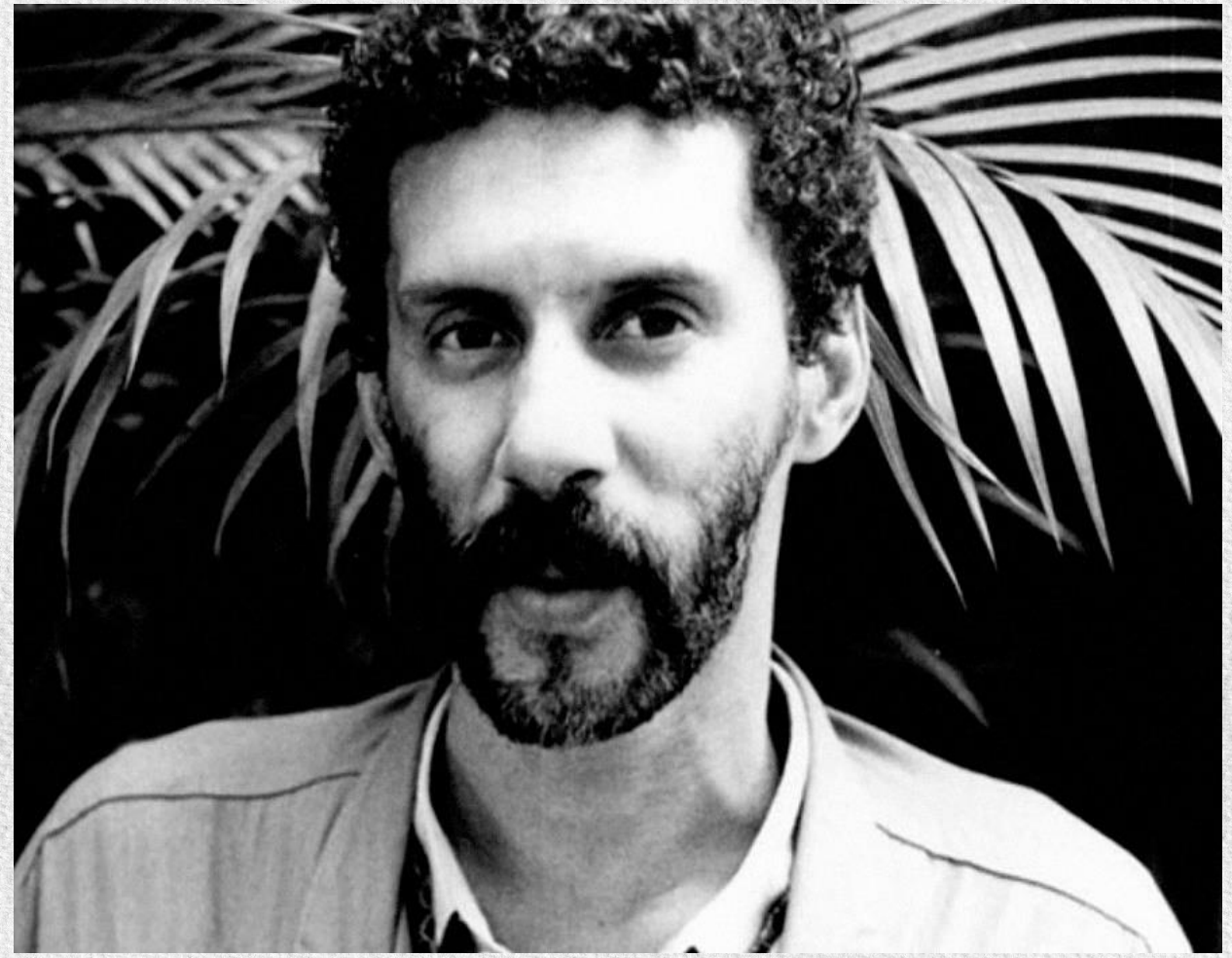
Museo de las Memorias Dictadura y Derechos Humanos – Paraguai –
Foto: Araceli Medina – Google fotos

Escola Mecânica Armada – Argentina – Autor: Lahi – Wikimedia

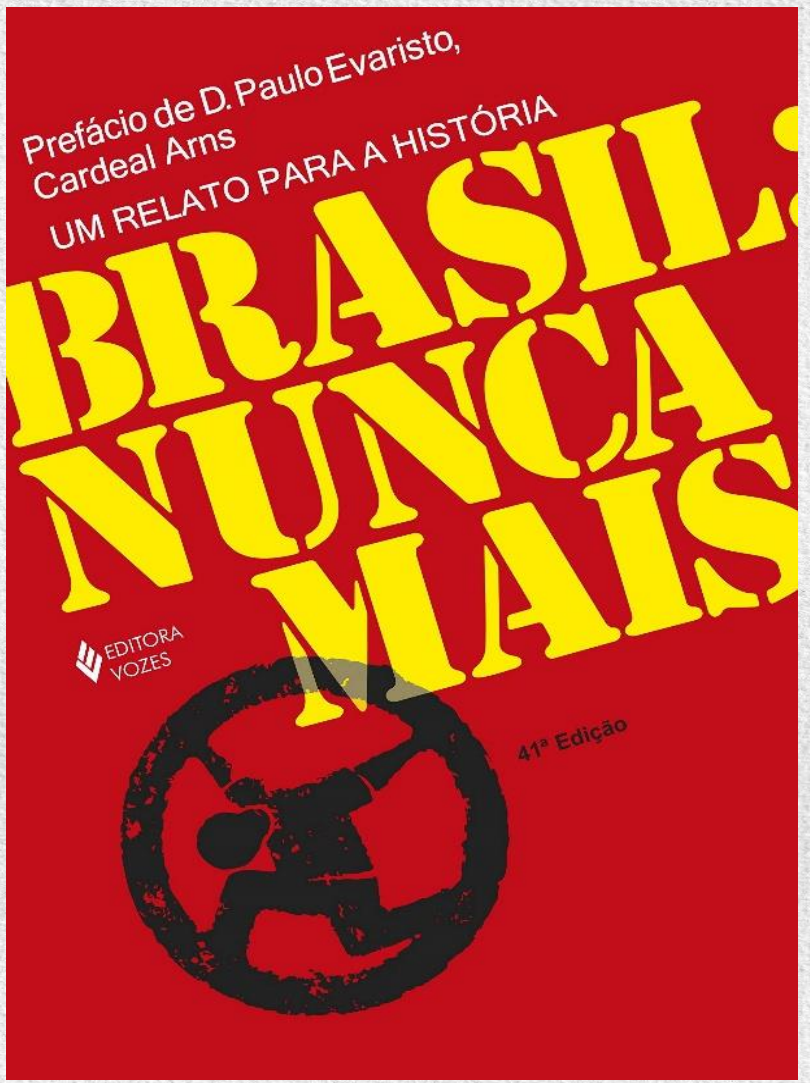
Mães de Maio – Central de Trabajadores y Trabajadoras de la Argentina

Museu Chile – Yasemin Olgunoz Berber on Shutterstock

Ditadura Uruguai: Sarah Yanez-Richards / EPA



Gonzaguinha. Foto: reprodução



Brasil nunca mais: Autor: Dom Paulo Evaristo Arns - capa do livro/reprodução

Verdade ainda que tardia: Arte: Elifas Andreato

Comissão Nacional da Verdade: Foto: Fabrício Faria/CNV

Foto Plenário: Renato Araújo – Banco de Imagens CD

Cartaz da exposição “Parlamento Mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964”: Arquivo Câmara dos Deputados

Cartaz do Seminário Internacional sobre a Operação Condor: Arquivo Câmara dos Deputados

Exposição Instituições Mutiladas: Arquivo Câmara dos Deputados

Foto Mesa Instituições Mutiladas: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Seminário Internacional. Tema: "Operação Condor" - Alexandra Martins

Foto Ato Salão Verde: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Ivette Vargas – Arquivo Câmara dos Deputados

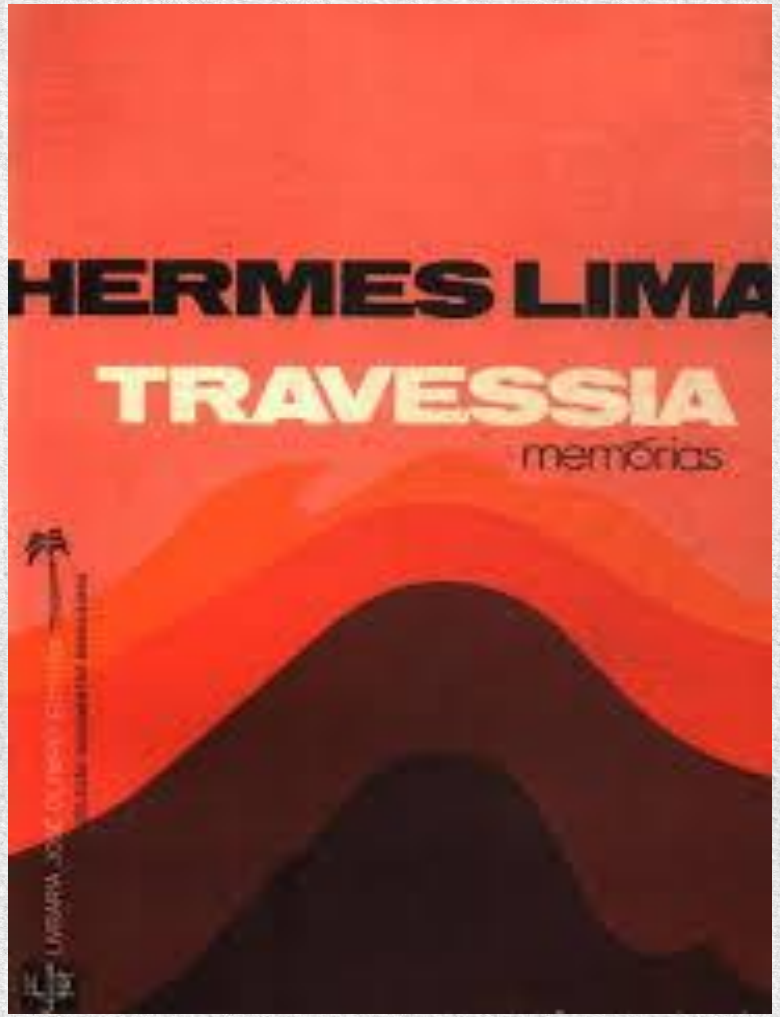
Júlia Steinbruch – Arquivo Câmara dos Deputados

Lígia Doutel de Andrade – Arquivo Câmara dos Deputados

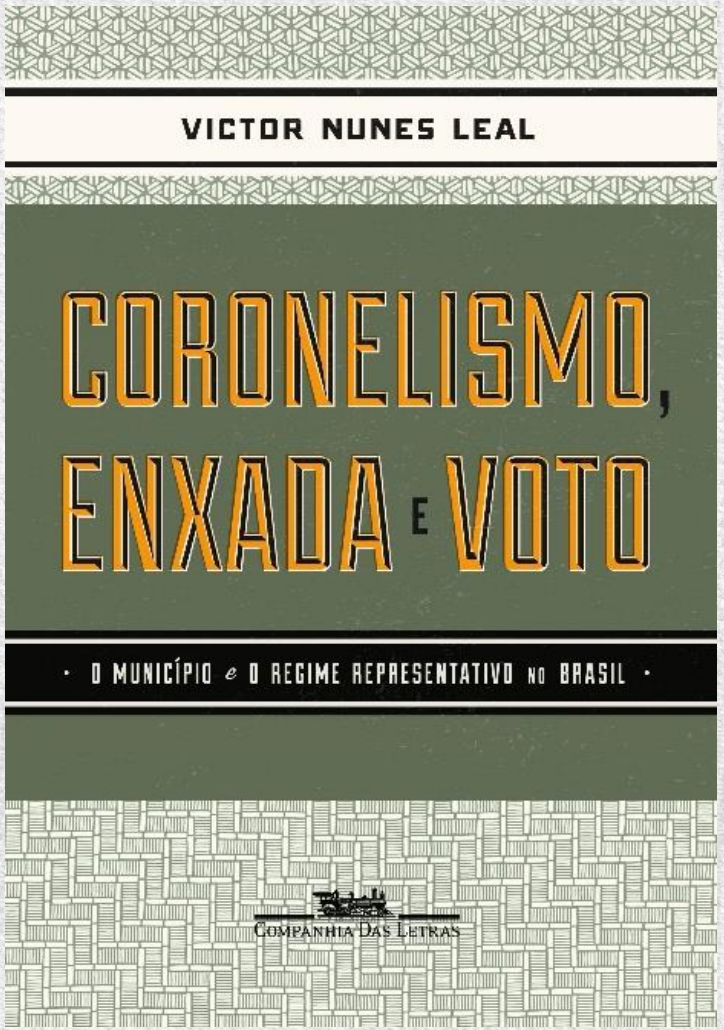
Maria Lúcia – Arquivo Câmara dos Deputados

Nysia Carone – Arquivo Câmara dos Deputados

Alfeu de Alcântara – Arquivo: Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul/Reprodução

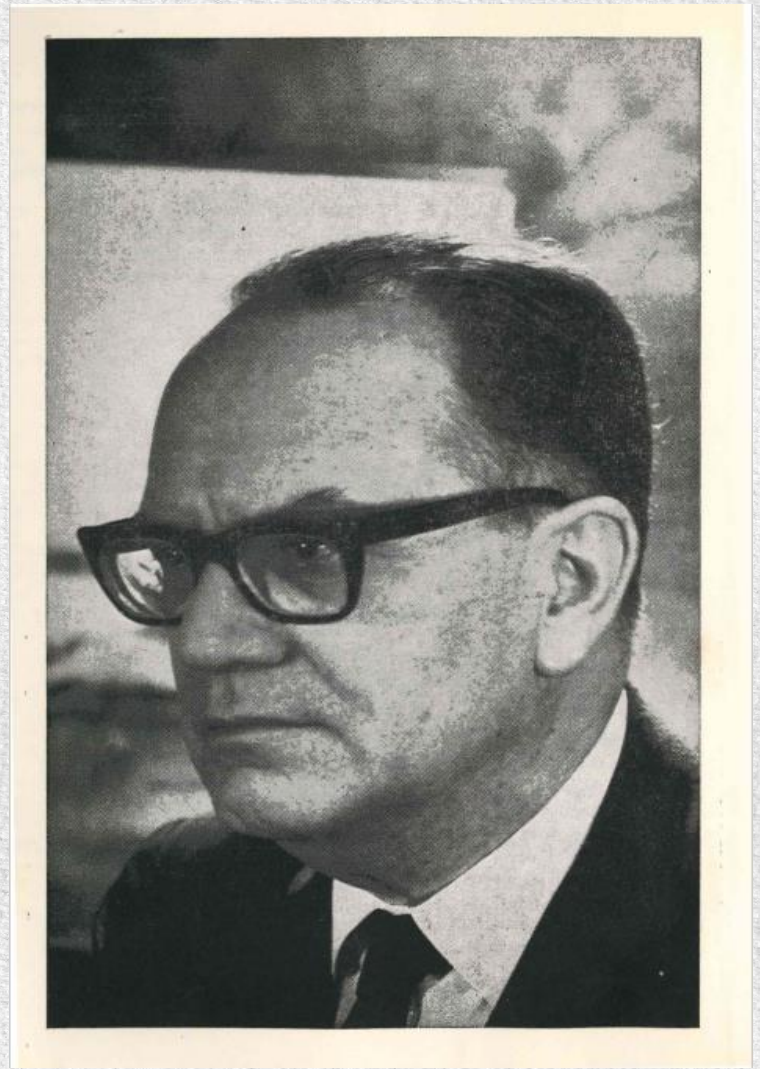


Travessia - Autor: Hermes Lima - capa do livro/reprodução

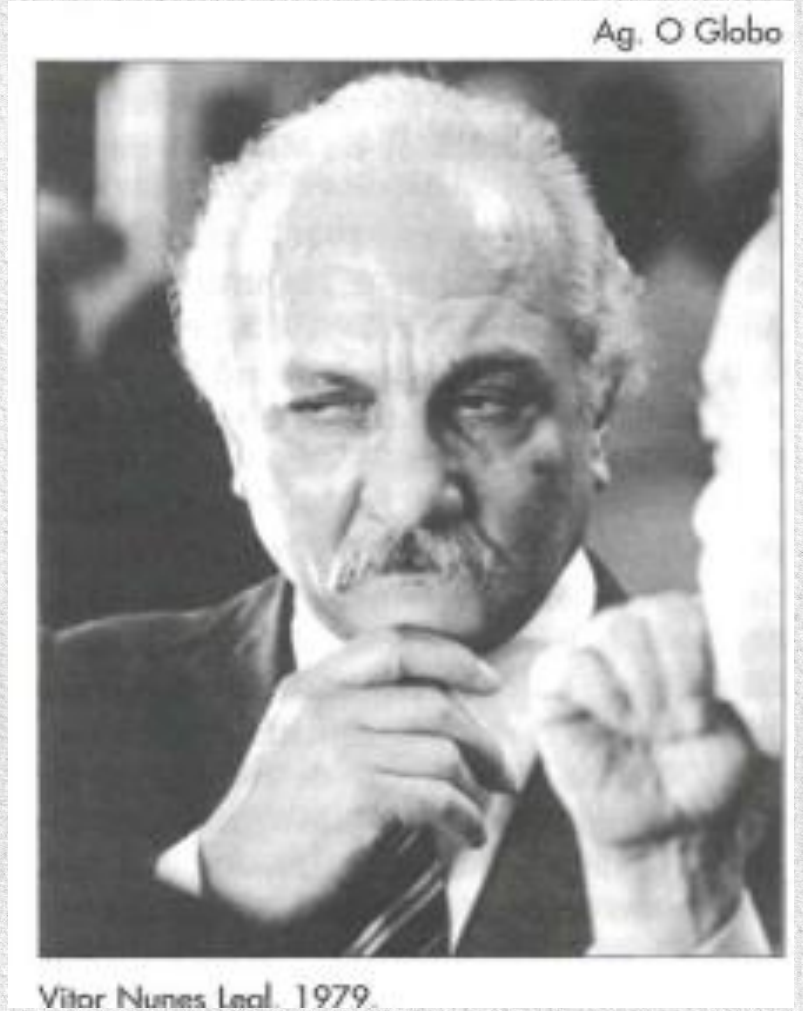


Coronelismo, enxada e voto – Autor: Victor Nunes Leal – capa do livro/reprodução

A defesa tem a palavra – Autor: Evandro Lins e Silva – capa do livro/reprodução



Hermes Lima – Foto reprodução em livro Travessia



Victor Nunes Leal – Agência O Globo

AN/EBN — Rovigati

Evandro Lins, ministro do STF. Rio de Janeiro, junho de 1965.

Evandro Lins - Fundo Documental: Agência Nacional

Correio da Manhã

GENERAL: ADEMAR É INTOCÁVEL

"POST" DIZ QUE DITADURA MILITAR CALOU JUSCELINO

Vitória contra o Sul

JOHNSON ANUNCIA DOMINIO NUCLEAR

EUA: SENADO LIQUIDA A OBSTRUÇÃO RACISTA

VENEZUELA DIZ TER APOIO CONTRA CUBA

MENEGHETTI APONTA NOVOS SECRETÁRIOS

Hoje

Antes da violência

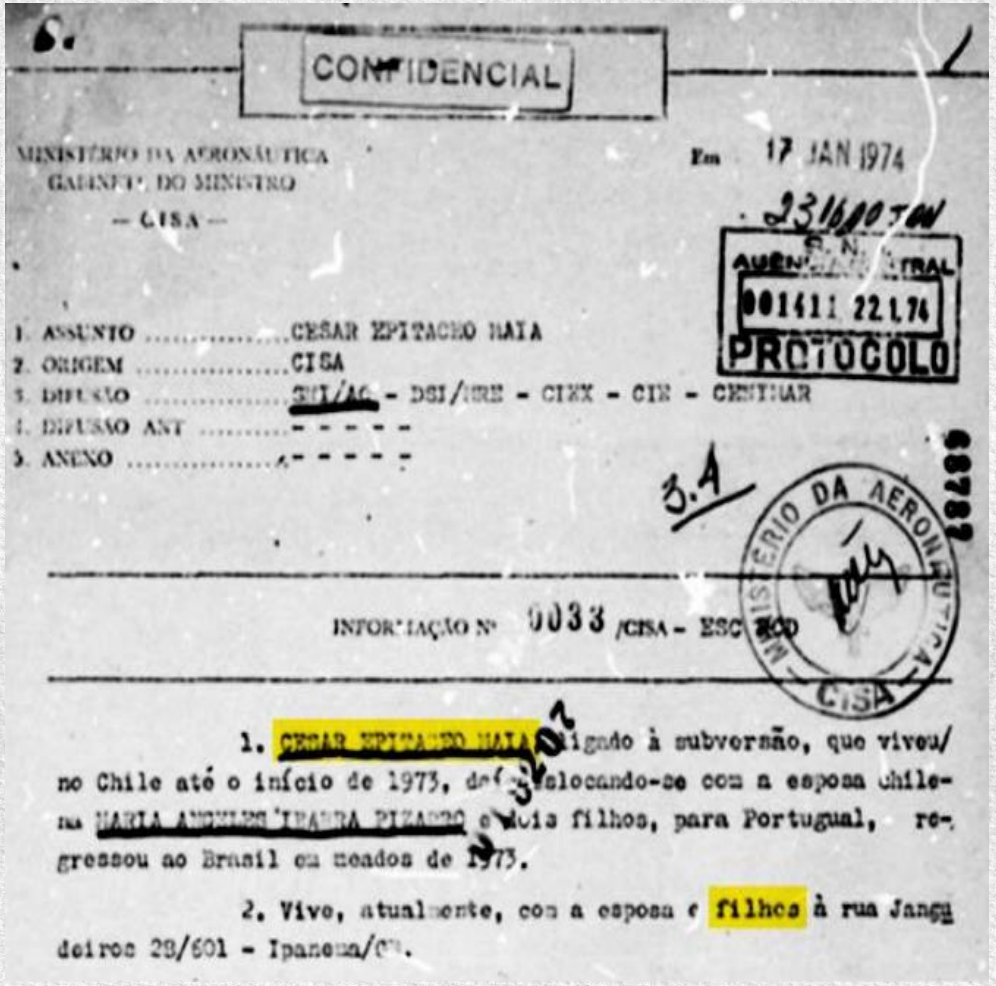
Correio da Manhã – Foto/Reprodução

Josué de Castro – Agência Senado

O Almirante Negro – Rádio Câmara

Roque Santeiro – Reprodução

Depredação UNE – Fotos UNE



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO MINISTRO
— CISA —

Em 17 JAN 1974

PROTOCOLO

1. ASSUNTO .....CESAR EPITACIO MAIA
2. ORIGEM .....CISA
3. DIFUSÃO .....[illegible] - DSI/MRE - CISA - CIE - CENIMAR
4. DIFUSÃO ANT .....- - - - -
5. ANEXO .....- - - - -

3.A

INFORMAÇÃO Nº 0033 /CISA - ESC/ACD

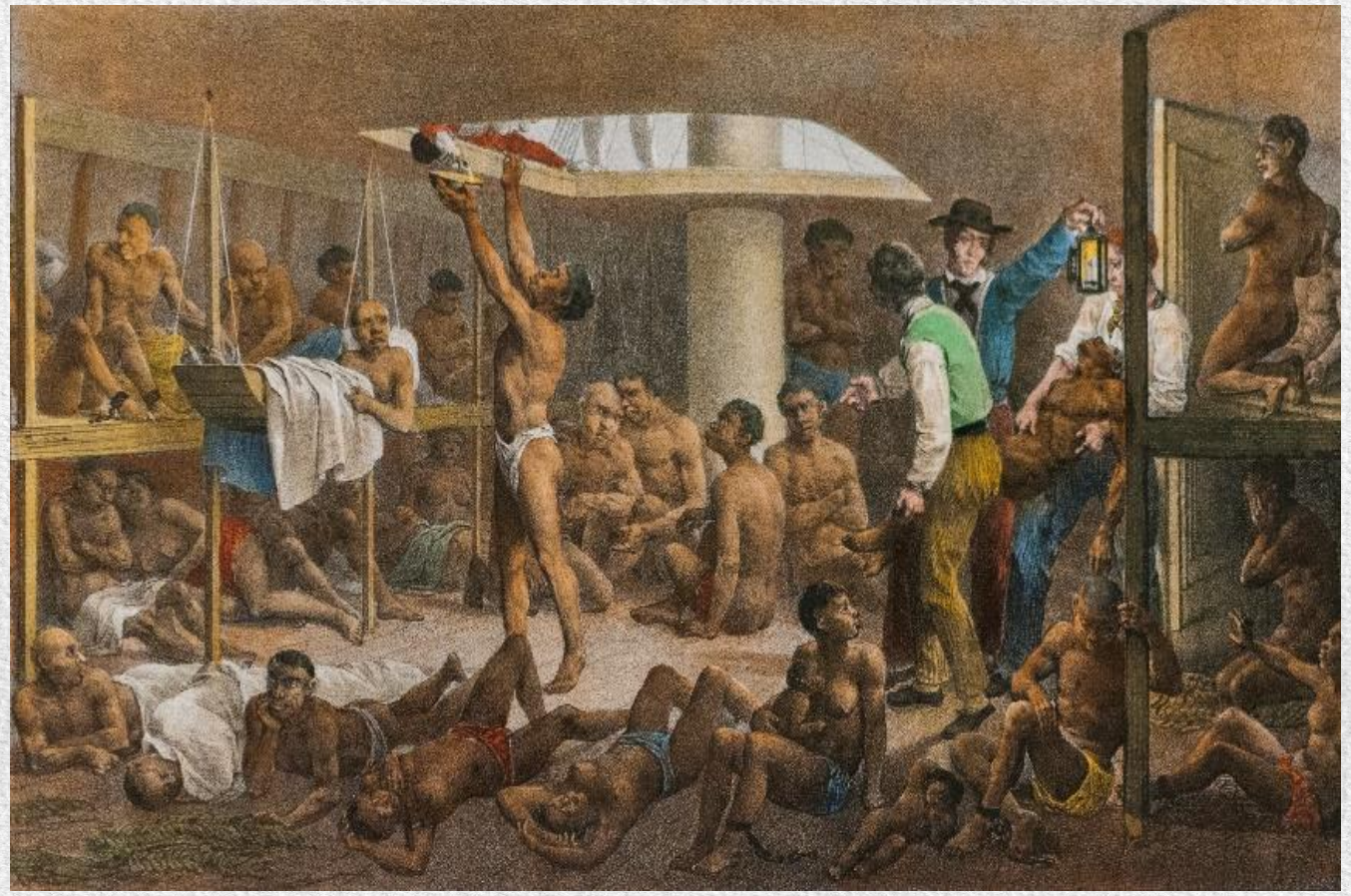
1. CESAR EPITACIO MAIA, ligado à subversão, que viveu no Chile até o início de 1973, deslocando-se com a esposa chilena MARIA ANGELICA IBAÑEZ PIZARRO e dois filhos, para Portugal, regressou ao Brasil em meados de 1973.

2. Vive, atualmente, com a esposa e filhos à rua Jangadeiros 28/601 - Ipanema/GB.

César Maia – Reprodução documento Aeronáutica/ Crédito: Divulgação/Facebook/Rodrigo Maia

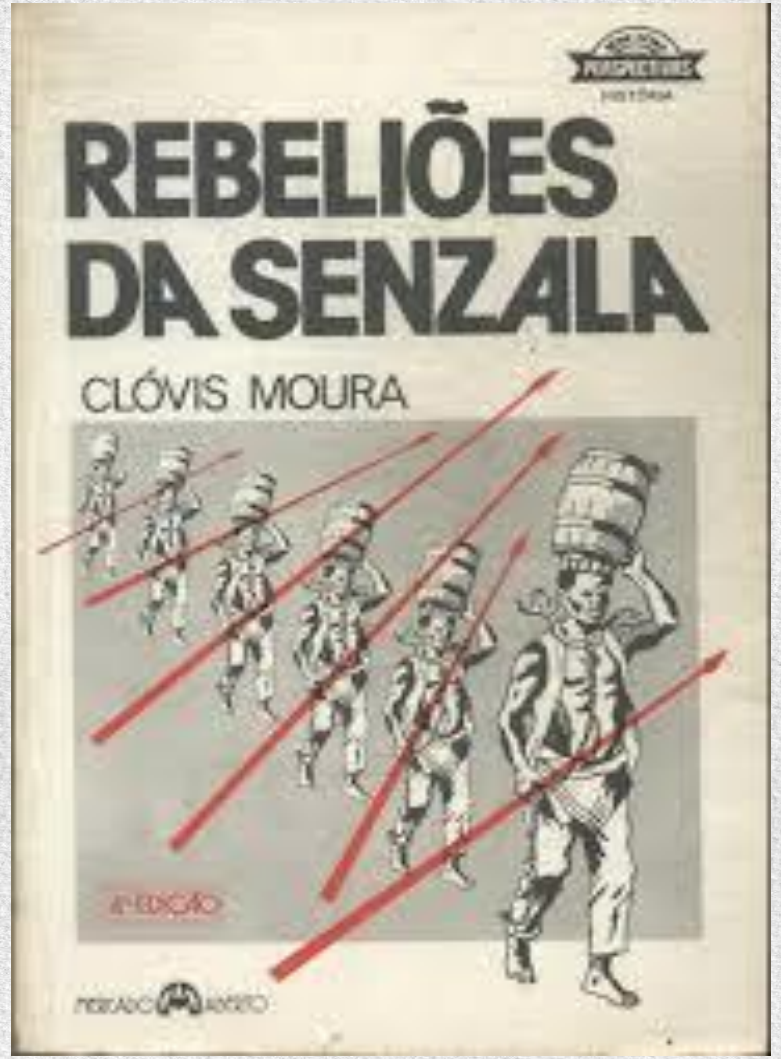
Cartaz Araguaia – reprodução - CDM/Fundação Mauirício Grabois

O monumento Tortura Nunca Mais, em Recife (PE) – Foto: Flickr / Fotomontagem – Jornal da USP

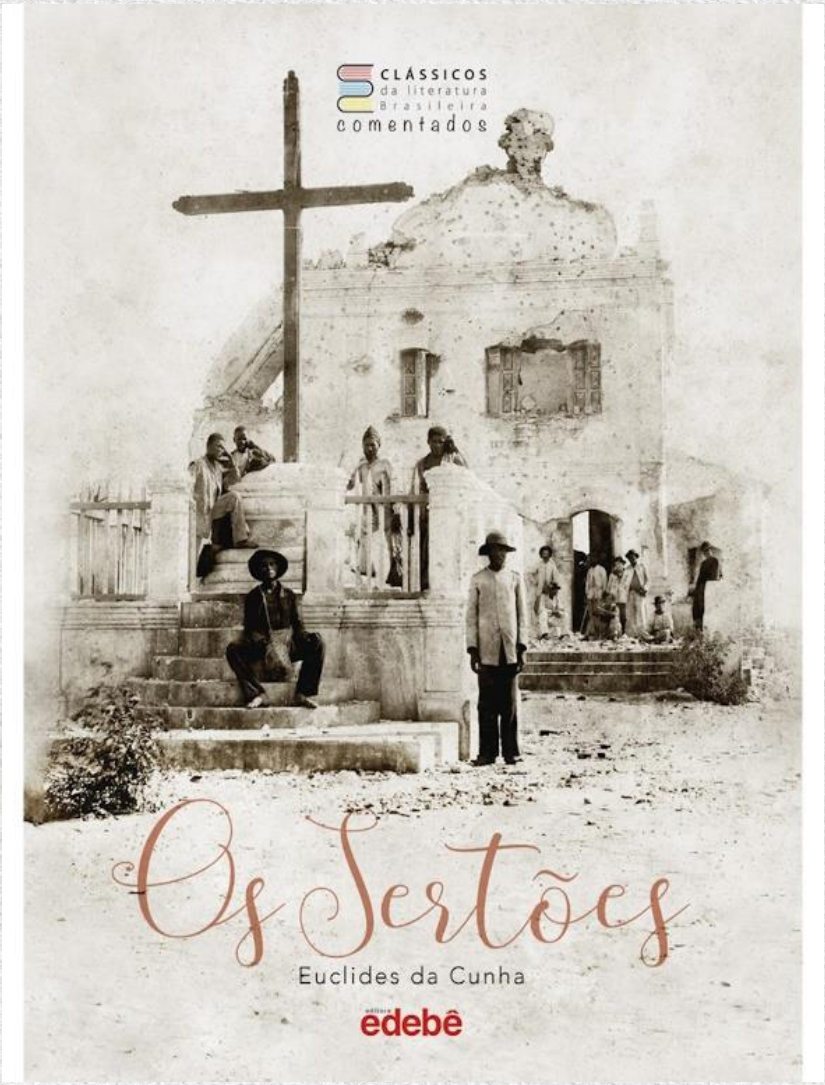


Navio Negreiro – Reprodução/Quadro Johann Moritz Rugendas/Domínio Público

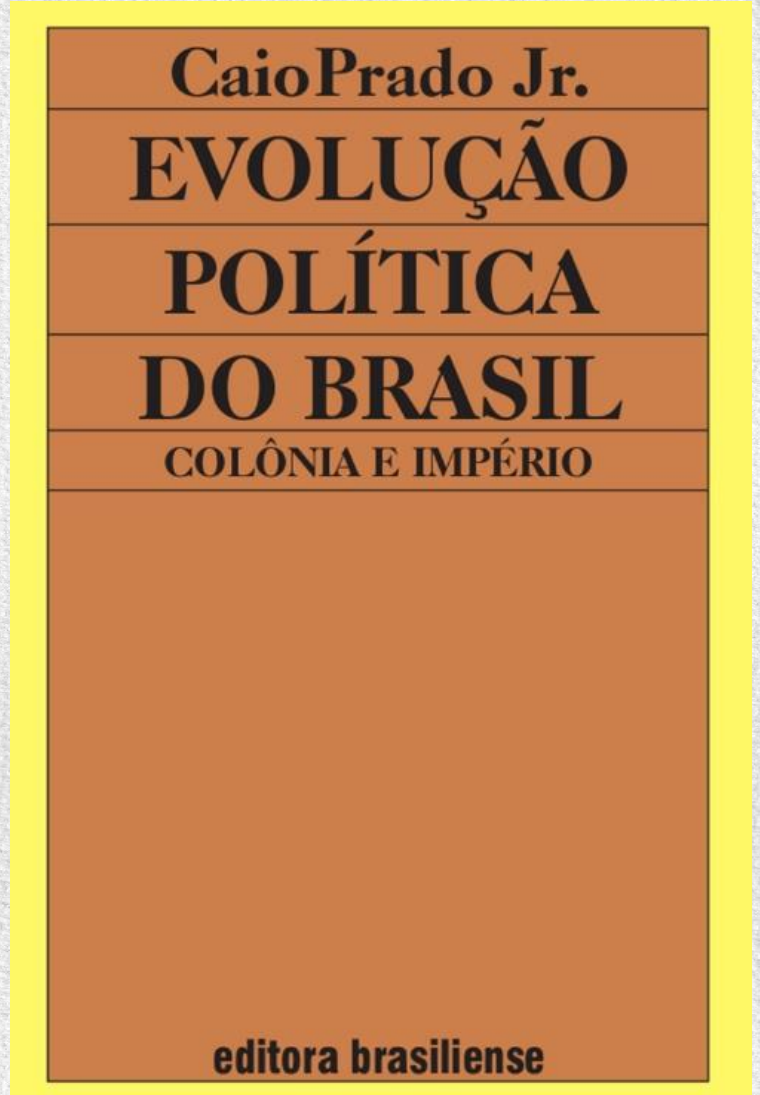
"Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos", tela de Jean-Baptiste Debret/ Domínio Público



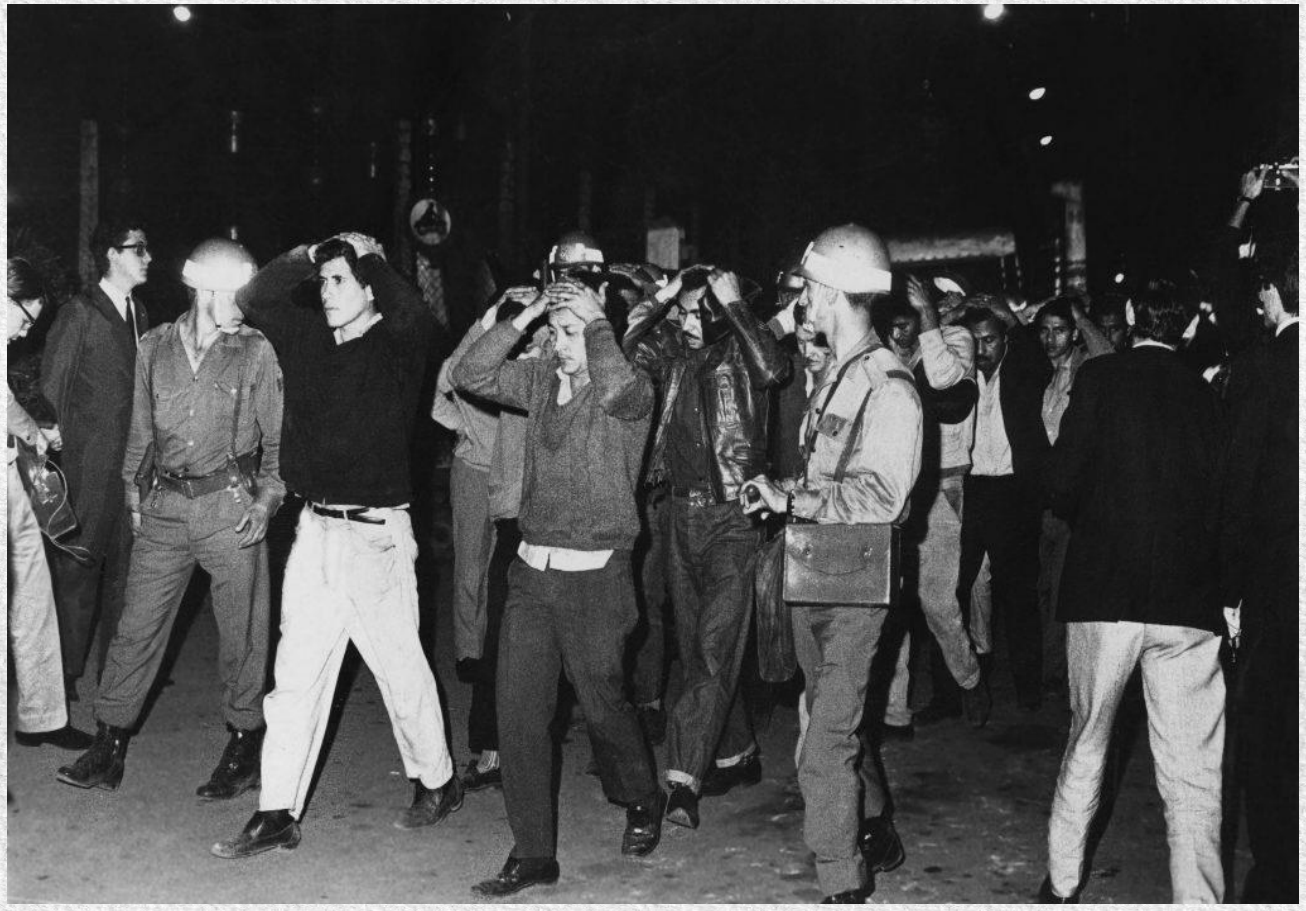
Rebeliões da Senzala - Autor: Clóvis Moura - capa do livro/reprodução



Os Sertões - Autor: Euclides da Cunha - capa do livro/reprodução



Evolução Política do Brasil - Autor: Caio Prado Jr. - capa do livro/reprodução



Metalúrgicos em greve presos em Osasco, em 1968/Agência Estado

Policiais militares vigiam protesto de estudantes no Centro do Rio de Janeiro contra a ditadura militar, em 1º de abril de 1968 — Foto: Correio da Manhã/Arquivo Nacional

O sindicalista Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988 – Reprodução/AP

Ligas Camponesas – Reprodução/Documentos Revelados

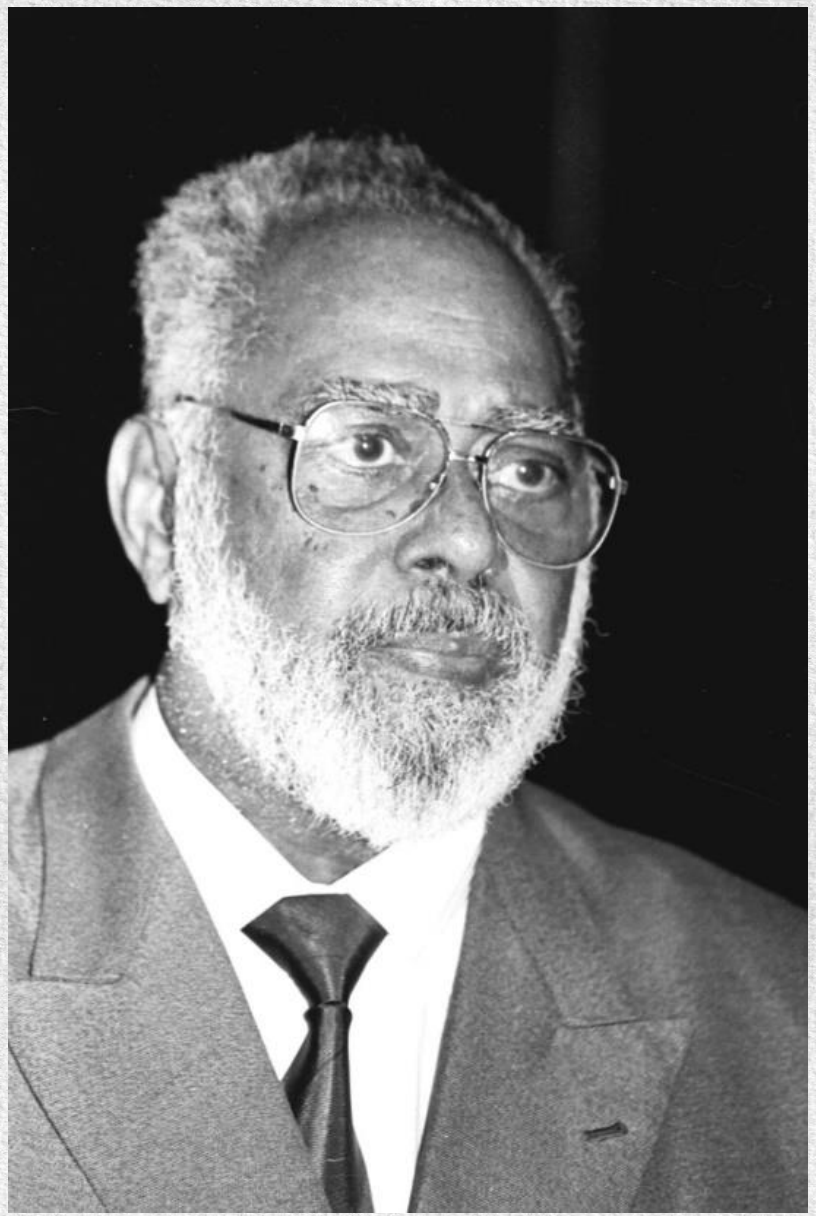
MTST – Acampamento em Itapecerica da Serra por Juze1980/Reprodução

Marcha das Margaridas – Agência Brasil

Margarida Alves - Fundação Margarida Maria Alves

Recortes de jornais referentes às peças realizadas pelo Teatro Experimental do Negro: O Imperador Jones/ Reprodução

Negro na Universidade - Foto: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas



Abdias do Nascimento – Agencia Brasil - Ricardo Stuckert

Fundação do Movimento Negro Unificado – Foto/Reprodução MNU

Movimento Indígena 1 - Laycer Tomaz - Câmara dos Deputados

Movimento Indígena 2 - Luis Macedo / Câmara dos Deputados

Parada do Orgulho LGBT de Campinas - Robson B Sampaio

LGBT - Foto: Paulo Pinto / Fotos Publicas

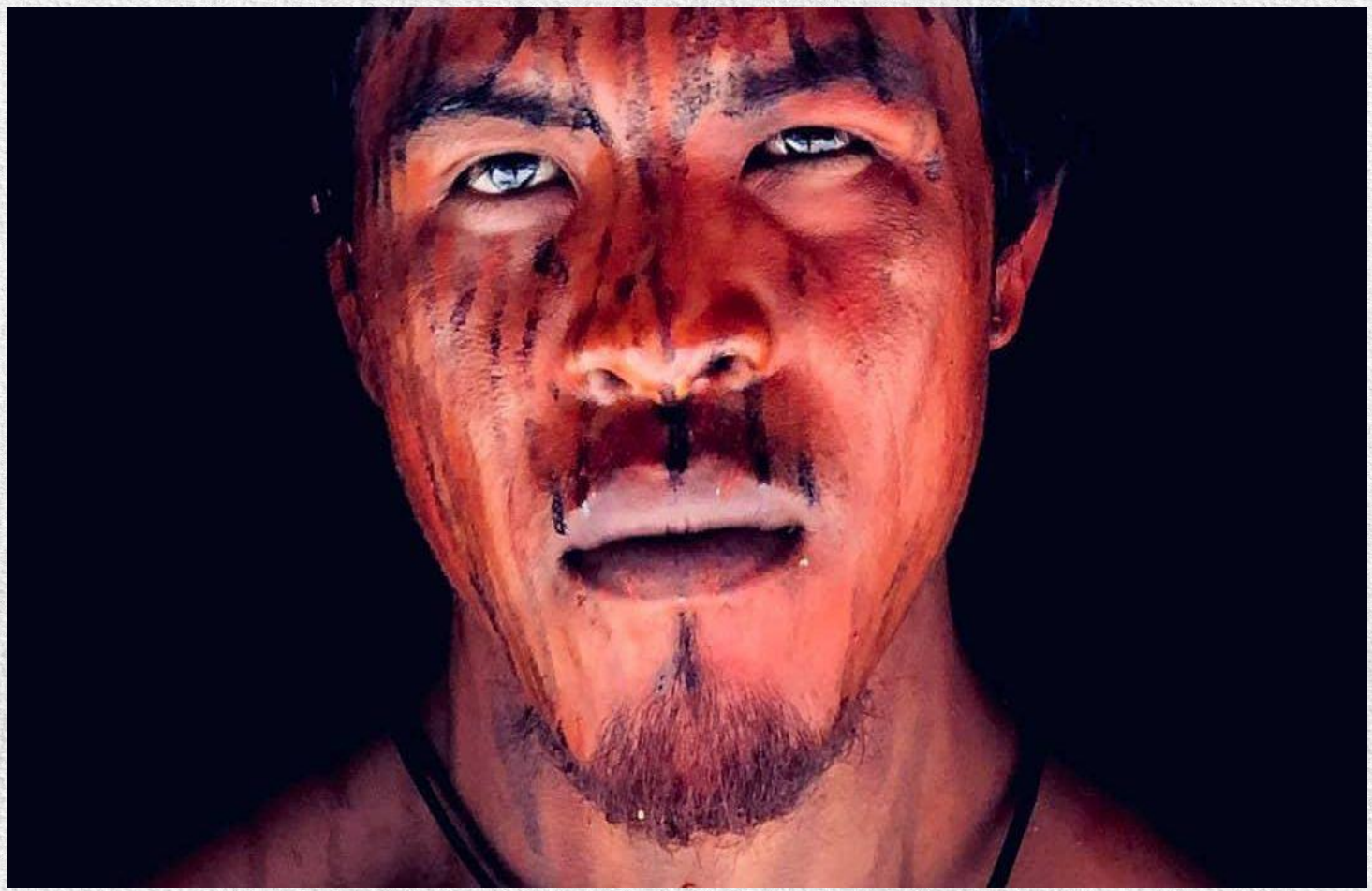
Marielle Franco – MÍDIA NINJA

Mãe Bernadete - Acervo do Instituto Mãe Bernadete

Greve geral do ABC, em 1980 – Trabalhadores homossexuais contra a discriminação | Foto: Fernando Uchoa

Irmã Dorothy – Tomaz Silva/Agência Brasil

Dandara dos Santos | Foto: arquivo pessoal



Paulino Guajajara - Patrick Raynaud/APIB/Fotos Públicas

Eldorado Carajás - Antônio Scorza/AFP

Evaldo - Facebook/Reprodução

Passeata dos 100 mil - Acervo Instituto Moreira Salles/Coleção Evandro Teixeira

VÍDEOS
Vídeo 1 – Ministério dos Direitos Humanos
Vídeo 2 – Xico Esvael